



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1984

Ano X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1984.
(Segunda-Feira)

Complementar nº 235/84. Delegados Inativos.
Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei nº 263/84, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei nº 98/84, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, referente a benefícios aos aposentados.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: JORGE MAIA FILHO, Líder plantão do PDS e NELSON VASCONCELLOS, Líder plantão do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do jovem MAURICIO BLANC, membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EDUARDO MACHADO DE LIMA, ex-Deputado Estadual por Campo Mourão e ex-Capitão do Exército, ocorrido no último dia 26, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento dos familiares, aos cuidados do Senhor Ihor Baraniuk, funcionário deste Poder — Departamento do FEPA.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA para a votação dos Projetos de Lei nº 267 (Mensagem Governamental nº 207/84, autorizando a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 para o DETRAN) e 269/84 (alterando o orçamento do IAPAR em Cr\$ 872.574.000, através da Mensagem Governamental nº 209/84).

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei

de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ciro Andrade Fogaça, ocorrido recentemente na Municipalidade de Ubiratã.

A comunidade de um modo em geral ficou entristecida pela morte de um dos seus mais ilustres moradores. O desaparecimento do Senhor Ciro Andrade Fogaça abre uma lacuna que dificilmente será preenchida, pois tratava-se de um homem que sempre teve à frente das manifestações, desde as mais simples, que tivessem por objetivo o engrandecimento daquela cidade.

O registro nos Anais da Assembléia Legislativa se faz necessário por uma questão de justiça, como forma de reconhecer a valorosa e indispensável participação do Senhor Ciro Andrade Fogaça no desenvolvimento de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HOSTÍLIO LUSTOSA SANTOS, ocorrido na cidade de Cascavel; Requer ainda que seja enviada cópia aos familiares aos cuidados do Vereador Hostílio Lustosa dos Santos Filho — Câmara Municipal de Cascavel — Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem ao Sr. HOSTÍLIO LUSTOSA SANTOS, genitor do Sr. Vereador Hostílio Lustosa Santos Filho, homem de elevadíssima estima e consideração em Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA DESTRO, ocorrido no dia de hoje, em CASCATEL. Requer, ainda, que seja enviada cópia aos familiares na Av. Brasil, 333 — Cascavel.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses, mormente aqueles que residem em Cascavel, pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e genitora de tradicional família que orgulha Cascavel e Oeste paranaense, em virtude dos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do oeste paranaense pelo pioneirismo e pela consagração de sua existência ao progresso da nossa sociedade em todos os seus segmentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja

inserto nos Anais da sessão plenária, de hoje, voto de congratulações pela passagem do 24.^o Aniversário de Fundação da TV PARANAENSE CANAL 12.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Organização supracitada.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Companhia de Energia Elétrica - COPEL, completou no último dia 26 de outubro, 30 anos de existência. Desde a sua criação, em 1954, a COPEL tem sido associada, de maneira das mais justas, com o progresso e o desenvolvimento de nosso Estado.

Ao longo desses anos, sempre em posição de vanguarda, aquela empresa se colocou à frente, levando energia elétrica aos mais distantes rincões de nosso Paraná, buscando a auto-suficiência com a construção de inúmeras hidrelétricas próprias.

Agora mesmo, sob a gestão do Dr. Ary Velozo Queiróz, a COPEL tem ousado levar adiante o decidido programa de eletrificação rural do Governo José Richa: os elogios estão vindo de todos os setores da sociedade paranaense, independentemente de partidos políticos.

Neste sentido, nada mais justo que esta Casa de Leis preste uma sincera homenagem àquele empresa. Portanto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de congratulações à COPEL, pela transcurso de 30.^o aniversário, no último dia 26 de outubro.

Por outro lado, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência ao Diretor-Presidente daquela empresa, Doutor Ary Velozo Queiróz.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se consigne voto de congratulações ao Município de Morretes pela passagem do 251.^o aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Morretes, um dos mais antigos do Paraná, teve papel preponderante no desenvolvimento do Estado e deu sua contribuição também, na área cultural, notadamente na literatura e nas artes plásticas. Morretes, hoje, através do trabalho, do Prefeito Orlando Conforto e de sua Câmara Municipal, procura manter essa tradição de desenvolvimento a fim de propiciar o bem estar de sua gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações

Canal 12, pela passagem do 24.^o aniversário de sua criação. REQUER, outrossim, seja dado ciência do teor deste ao Diretor Presidente Senhor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à TV Paranaense Canal 12 de Curitiba, pela passagem de seu 24.^o aniversário de sua fundação, durante aos quais sempre retratou fielmente os acontecimentos de nosso Estado, do País e do mundo, procurando cumprir um importante parcela da imprensa televisionada, com dignidade. Por este acervo de serviços prestados à coletividade, desejamos externar nossas congratulações a todos aqueles que participam da família do Canal 12 quando da passagem do 24.^o ano de participação e labor.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de congratulações e cumprimentos à Direção da Sociedade Rádio Emissora Paranaense, Canal 12, na pessoa do seu Diretor Presidente, Senhor Francisco Cunha Pereira Filho, pelo transcurso do 24.^o Aniversário de Fundação daquele importante órgão de comunicação social de nosso Estado, comemorado nesta data.

Desta decisão, REQUER seja dado ciência àquela Presidência.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito em ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações pela passagem dos 24 anos de fundação da Televisão Paranaense Canal 12, os quais sempre foram fiéis aos acontecimentos de nosso Estado.

Sempre cumpriu com dignidade suas funções de imprensa televisionada. Por todo serviço prestado à nossa comunidade, desejamos externar nossas congratulações a toda família do Canal 12.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um VOTO DE LOUVOR E REGOZIO, aos professores da Região Noroeste do Paraná, pela conclusão e inauguração do Clube do Professor

que representa significativa conquista na luta associativista que a nobre classe vem desenvolvendo.

Congratulamo-nos com a comunidade docente, e em especial com a equipe do Núcleo Regional de Paranavaí, da Associação dos Professores do Paraná, na certeza de que o novo Clube do Professor será a sede e o núcleo catalizador e difusor dos anseios desses trabalhadores pela melhoria e adequação do sistema de ensino em nosso Estado.

Requer, ainda, que após decisão do Plenário, seja enviada comunicação aos mestres da Região Noroeste, através da Diretoria do Núcleo de Paranavaí, da Associação dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão em curso, voto de regozio pelo transcurso, nesta data, do 24.^o aniversário da TV Paranaense Canal 12.

O tradicional órgão de comunicação tem se notabilizado na formação de uma consciência paranista, ao tempo em que proporciona informações úteis ao povo paranaense e catarinense, que a sintonizam com invulgar interesse.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da casa ao dinâmico empresário Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da mencionada emissora de televisão.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozio pelo transcurso do DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, dia 28 próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento ao Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozio, pelo transcurso do 24.^o Aniversário de Fundação da TV Paranaense Canal 12, Rede Globo de Televisão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Diretor Presidente da TV Paranaense Senhor Francisco da Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo à COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, pelo transcurso de seu 30º Ano de Fundação, neste Estado.

Outrossim, REQUER, que do pronunciamento desta Colenda Casa de Leis seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Ary Veloso Queiroz, extensivo a todos os funcionários dessa proeminente Companhia.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA \ CÉSAR
JUSTIFICATIVA:

A progressista Companhia Paranaense de Energia, comemora neste mês de outubro os 30 anos de sua fundação. Esta companhia de energia é, hoje, uma realidade e motivo de orgulho para os paranaenses, pelo muito que contribuiu estendendo a longínquos pontos o abastecimento energético.

É com imensa alegria que assinalamos o transcurso do 30º Aniversário desta companhia, alegria que partilhamos com a comunidade paranaense, que reconhece o esforço empreendido por aqueles que construíram e promoveram a grandeza desta valiosa companhia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a doação de um veículo microônibus desta Fundação, existente na Municipalidade de Sertãoópolis, para o Serviço de Obras Sociais e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, ambas daquela cidade.

De acordo como correspondência remetida a este Deputado que abaixo subscreve, pela Câmara Municipal de Vereadores de Sertãoópolis, assinada pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Benedito Biazzi Zanin, existe no pátio do almoxarifado da Prefeitura Municipal um microônibus que está quase que abandonado, visto que o mesmo, há muito tempo não é utilizado em face de suas péssimas condições.

Neste sentido, aquele mesmo veículo poderia ser doado ao S.O.S. (Serviço de Obras Sociais) e à A.P.A.E. (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), para que, através de uma promoção fosse vendido e, posteriormente, com o dinheiro proveniente de tal venda, ser aplicado na manutenção dos trabalhos desenvolvidos por aquelas importantes entidades.

O motivo da solicitação de que essa FUNDEPAR doe o referido microônibus parte, além do apoio oriundo do Poder Legislativo e por tratar-se também da iniciativa do seu Ilustríssimo Presidente daqueles órgãos assistenciais, o Senhor Antônio Ramos Zanin, como uma das formas encontradas para superar algumas dificuldades existentes, especialmente em decorrência da insuficiência de recursos orçamentários que possam assegurar o sério trabalho, que, apesar de tudo, vêm sendo muito bem desenvolvido.

Eis, pois, a exposição de motivos, dos quais espera-se que sirvam como avaliação no sentido de que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado

da Educação atendam tal solicitação, em face de sua indiscutível importância.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

-(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam autorizados estudos objetivando avaliar as reais condições de se processar a estadualização da Escola Municipal Manoel Medina Martins - Ensino de 1º Grau existente no Distrito Administrativo de Rancho Alegre, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

A Administração Municipal de Goioerê está atualmente enfrentando algumas dificuldades relacionadas ao setor educacional. Ante a insuficiência de recursos orçamentários algumas escolas não estão podendo ter um condicionamento à altura das exigências educacionais, em que pese os incansáveis esforços da Prefeitura daquela cidade.

Diante de tal realidade, a Câmara Municipal de Vereadores, de acordo com correspondência assinada pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Toshiyuki Koike, este afirma que a saída para a superação dos problemas hoje vivenciados, só será mesmo possível com a estadualização da Escola Manoel Medina Martins, localizada no Distrito de Rancho Alegre, importante estabelecimento de ensino que vem sendo mantido pela Prefeitura local.

É de capital importância que essa Secretaria de Estado determine a efetiva estadualização do citado educandário, conforme preocupação do Poder Legislativo e que por certo representa o real interesse da comunidade educacional de Goioerê, notadamente a de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Creche Santa Rita de Cássia do Lar Paraná, Campo Mourão, enviando votos de regozijo pela inauguração da nova creche.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

As novas instalações da Creche Santa Rita de Cássia do Lar Paraná, Campo Mourão, é para atender os filhos de pessoas carentes daquela Municipalidade. A presente creche tem capacidade para atender mais de 100 (cem) crianças.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as disposições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a viabilização de concretização

ao antigo projeto de pavimentação asfáltica ao longo do trecho Bandeirantes até o distrito de Oliveira Castro no Município de Guaíra, ligando os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

Tal solicitação vem sendo reivindicada há muitos anos e se concretizada atenderá aos anseios de milhares de pessoas daquela área além de proporcionar ligação optativa entre os municípios de Guaíra e Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A prática do esporte é atividade que merece da parte dos governantes todo o apoio e incentivo. O esporte, além de lazer e diversão, é elemento importante no desenvolvimento de um indivíduo contribuindo não só para que tenha uma boa saúde, mas também, contribuindo na formação de sua personalidade.

Tendo em conta isto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente, a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da implantação da prática de educação física em todas as séries do 1.º e 2.º graus, na rede oficial de ensino.

Atualmente a prática de educação física só existe da 5ª série em diante. A medida que ora sugerimos só virá trazer benefícios às crianças que estudam nos primeiros anos do ensino fundamental.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Nelson Friedrich, solicitando que o mesmo faça gestões junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no sentido de que aquela empresa implante o Projeto Mutirão no Município de Jandaia do Sul.

Tal medida visa resolver a notória carência habitacional daquele município do Norte paranaense, indo de encontro a uma sentida reivindicação de sua população. Por outro lado, é evidente o sucesso que vem obtendo o referido Projeto Mutirão no enfrentamento do problema habitacional em nosso Estado. Assim sendo, nada mais justo do que a implantação do mesmo naquele município.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Vereador de Campo Mourão, Itamar Agostinho Tagliari, parabenizando por sua escolha como técnico da Seleção Paranaense de Futebol de Salão, categoria "Fraldinhas".

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao C.T.G. - Centro de Tradições Gaúchas "Índio Bandeira", pela passagem do 7.º aniversário dia 29/10, Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, depois de ouvido o Plenário, envio de voto de louvor à Sociedade Humanitas de São Jerônimo da Serra pelo trabalho desenvolvido.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Desde a fundação, em 1977, a Sociedade Filantrópica Humanitas de São Jerônimo da Serra vem desenvolvendo um trabalho sério na região, principalmente no setor de saúde.

Conhecida desde há muito como a região de um dos maiores índices de Mal de Hansen (lepra) do País, São Jerônimo da Serra, hoje, é reconhecida como uma cidade onde o mal está controlado e em declínio. Isto graças ao atendimento da Sociedade Humanitas que desenvolve um trabalho, antes de tudo, educativo onde o grau de compreensão dos hansenianos seus contatos, com relação à necessidade de serem tratados e fazerem exames de prevenção está melhorando. Hoje em dia, ao contrário de tempos passados, o paciente, por iniciativa própria, procura a entidade para o tratamento.

Grande contribuição científica foi conquistada através de pesquisas laboratoriais, além de atividades que vão do tratamento curativo ao de conscientização. A comunidade, grande parte carente, está recebendo orientação psicológica, aprendizado em trabalhos manuais atividades agrícolas a até lazer, com a participação em festas da comunidade de São Jerônimo da Serra.

Acompanhamos de perto o trabalho desenvolvido pela Sociedade Humanitas de São Jerônimo da Serra e achamos mais do que justo, o reconhecimento por parte do Governo e da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente aos Senhores Manuel Perez, Comandante en Jefe de la II Division de Ejercito, Francisco Baguetti - Fiscal Militar, Sérgio Onofre Jarpa - Ministro Del Interior, Comite de Defensa de los Derechos del Pueblo, Monsenhor Francisco Prezno - Arcebispo de Santiago, manifestando o repúdio da Assembléia Legislativa do Paraná ao regime do General Augusto Pinochet e exigindo que o Conselho de Guerra não aplique pena de morte a: Marta S. Soto, Carlos Garcia,

Victor M. Zuñiga, Juan Cajardo, Rolando Cartagena, Rodolfo Rodriguez, Jorge Palma D., Susana Capriles, Hugo Marchant, Carlos Arenada e Mirian Ortega.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Perante a permanente solidariedade internacional e a crescente força que alcança o protesto do povo chileno contra a ditadura do General Pinochet, este vem tentando cobrir seus crimes com um manto de legalidade. Para isto foram criados os Conselhos de Guerra.

O Conselho de Guerra é composto por 5 (cinco) membros das Forças Armadas dos quais somente um deles é advogado.

Ainda mais, o procedimento é muito rápido, dura somente 48 horas, e o advogado de defesa tem acesso às acusações somente 48 horas antes da abertura do Conselho de Guerra.

Kessaltamos, ainda, que a este Conselho de Guerra, em tempo de paz, se contrapõe à própria Constituição chilena imposta pelo mesmo Pinochet, que desconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Diante disto, resta-nos dizer que este Conselho de Guerra é mais uma manobra para tentar acalmar o repúdio que todos nós manifestamos contra seus crimes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a 37ª Ciretran localizada na Municipalidade de Ubiratã.

Ubiratã é hoje um dos municípios mais importantes dos existentes na região onde está situada, que é polarizada por Campo Mourão (microregião 12) apresentando uma forte economia, sustentada fundamentalmente pelas atividades agropastoris.

No que diz respeito a implantação de novas estruturas, o setor dos trabalhos relacionados ao trânsito necessita de um condicionamento. Atualmente a 37ª Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito, em que pese os reconhecidos esforços do seu Chefe, há a necessidade, inclusive em caráter emergencial, de que sejam eliminados alguns problemas. Sendo que o mais sentido refere-se à questão do transporte. Sem veículo, aquele organismo só tem enfrentado sérios transtornos.

Neste sentido, torna-se imprescindível a destinação de uma viatura devidamente equipada como uma única forma de possibilitar um trabalho não somente eficaz como a altura do potencial daquela cidade; atendendo deste modo a justa iniciativa do Ilustríssimo Senhor Doutor Carlos Alves, Digníssimo Chefe da 37ª Ciretran e conceituado Advogado.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que haja a dilação do prazo para o pagamento do I.C.M. referente ao próximo mês de dezembro.

Trata-se de uma preocupação que parte da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, que baseando-se em estudos e consultas a integrantes de sua atuante Entidade de representação, defende a dilação do prazo para o pagamento do I.C.M. referente ao próximo mês de dezembro com o vencimento somente no mês seguinte, janeiro. Tal posicionamento da classe empresarial de Campo Mourão reflete primeiramente a intenção do conjunto de empresários existentes no Paraná. Pois é no mês de dezembro que acontece um considerável e aumento nas vendas de produtos oriundos tanto das fábricas e indústrias como do comércio de um modo geral, tendo em vista o período de festejos natalinos.

Por outro lado, é por demais sabido os reflexos negativos da grave crise econômica-financeira que atinge diretamente a maioria absoluta da população brasileira, que cada vez mais tem diminuída seu poder aquisitivo. Tal fator, obviamente, acaba por atingir diretamente o comércio, que para ter em parte suas vendas aumentadas, obriga-se a diminuir sua margem de lucro, e, principalmente oferecer ao consumidor diversas vantagens como atrativos, citando a exemplo, financiamento, facilidade na abertura de crédito, prazos mais longos, juros na medida do possível menores, etc. Fora de qualquer dúvida que o mês de dezembro que tem sido uma das melhores oportunidades de se aumentar as vendas, o que tira em parte os vendedores do sufoco. Mas, é exatamente neste mesmo período que a aquisição de produtos é feita através de vendas na maioria a prazo, sendo portanto, contabilizado à entrada de pouco dinheiro.

Neste sentido, como forma de se evitar especialmente a inadimplência, a procrastinação ou dilação do prazo para o pagamento do I.C.M. referente ao mês de dezembro tenha como data de vencimento o mês de janeiro, como de fato antigamente já existia.

Diante da exposição dos motivos, espera-se portanto, um posicionamento dessa Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de atender a justa reivindicação do empresariado da região de Campo Mourão, que aliás, muito bem representado pela Associação Comercial e Industrial, através do seu Presidente. Ilustríssimo Senhor Jintaro Ikeda, e que reflete uma preocupação até mesmo em todo o Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações à Secretaria da Educação, sobre a cobrança de exames de saúde e psicotécnico, efetuada pelas Fundações

Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, solicitando-se os seguintes esclarecimentos:

1 — Se estas fundações universitárias estão habilitadas legalmente à realização de exames de saúde e psicotécnico para efeito de obtenção de carteiras de habilitação.

2 — Quantos exames de saúde e psicotécnico foram realizados por cada uma das fundações.

3 — Qual a importância cobrada na realização dos exames de saúde e psicotécnico este ano.

4 — Se as importâncias recebidas pela cobrança desses exames foram recolhidas ao Tesouro Estadual.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

Há informações de que as Fundações Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Ponta Grossa estão cobrando Cr\$ 4.346 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros) para a realização de exame de saúde destinado à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação e o dobro dessa importância para a realização de exame psicotécnico e ao que consta cobrança essa indevida.

O povo paranaense tem o direito de saber se essas instituições de ensino superior estão habilitadas a proceder a realização de tais exames e qual a destinação das importâncias auferidas com a prestação desse tipo de serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa o documento da CNBB, publicado dia 26/10/84, no jornal "Folha de São Paulo".

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O alerta lançado pela CNBB, do alto de sua isenção político-partidária e credibilidade pública, em documento datado de 25 de outubro passado, apelando: ... conforme cópia xerox em anexo.

(O documento acha-se transcrito no final desta Ata)

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 284/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Pilarzinho, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem desenvolvido excelente trabalho em prol da comunidade, conforme se vê no relatório de atividade que se integra a esta proposição.

Por estas razões, esperamos seja aprovado o projeto e transformação em lei.

PROJETO DE LEI Nº 285/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Siqueira Campos", com sede e foro na cidade de Siqueira Campos — PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública nesta ocasião, vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social, ao Município de Siqueira Campos, conforme pode ser constatado pelos depoimentos de diversas autoridades daquele município.

Também sua documentação se encontra em perfeitas condições, no sentido de ser o presente projeto devidamente apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis, de onde esperamos a aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 286/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica revogado o Artigo 1º da Lei 7.787/83.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

O Artigo da Lei 7.787/83, que concedeu o prazo de 60 dias aos funcionários ocupantes da estrutura ocupacional "TAF" da Coordenação da Receita do Estado, que completaram a condição temporal para a aposentadoria, para que protocolizassem o pedido da aposentadoria a fim de que, dessa forma, tivessem assegurada a incorporação aos seus proventos de inatividade do valor da média aritmética das quotas produzidas nos últimos três meses, fere frontalmente o que dispõe o artigo 101 da Constituição Federal que diz: "O funcionário será aposentado: I — Por invalidez; II — Compulsoriamente aos 70 anos de idade; ou III — Voluntariamente após 35 anos de serviço Público, ressalvado o disposto no artigo 165, item XX (caso dos professores). Fere também o que dispõe o artigo 74 da Constituição do Estado do Paraná.

Em face da sua inconstitucionalidade é que apresentamos o presente projeto de lei com vistas à revogação do citado artigo 1º da Lei 7.787.

PROJETO DE LEI Nº 287/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Art. 76 da Lei 7.051/78 passa a ter a seguinte redação:

Art. 76 — O cálculo na aposentadoria será feito com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos 3 (três) meses que antecedem a data da protocolização do pedido de aposentadoria, a qual não poderá ser inferior à média dos valores percebidos, os quais serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do funcionalismo

público estadual.

Art. 2.^o — Fica revogado o parágrafo único do Art. 76.

Art. 3.^o — Revoguem-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do art. 76 da Lei 7.051/78 compele aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado — CRE, da Secretaria das Finanças, a se aposentarem assim que atinjam a condição temporal (tempo mínimo para requerer aposentadoria).

Como o cálculo para a integração do prêmio de produtividade é feito com base na média aritmética dos valores percebidos, a título de quotas, no período compreendido entre o 3.^o (terceiro) mês anterior ao preenchimento da condição temporal e o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria, o funcionário que permanecer na ativa terá prejuízos financeiros na proporção do tempo que permanecer em atividade após ter completado os 35 anos de serviço. Se permanecer um ano após atingir a condição temporal sem se aposentar perderá de 30% a 40% dos proventos de inatividade. Se permanecer dois anos nessa perda eleva-se a até 60% e assim por diante.

Isto ocorre porque os valores percebidos, a título de quotas, são somados sem a correção monetária, sem os percentuais de aumento semestral e anual e são divididos pelo número de meses que o funcionário trabalhou além do tempo mínimo.

Exemplificando: Como a contagem inicial é o 3.^o (terceiro) mês anterior aos 35 anos de serviço, o funcionário que atinge esse tempo de serviço em junho deverá pedir a aposentadoria em junho mesmo, pois, em julho há o aumento de vencimentos e se deixar para protocolar o pedido em dezembro terá os valores de quotas percebidos somados nos meses de março e junho sem o reajuste e nos de julho a novembro reajustados e divididos pelo número de meses, no caso por 9, dando portanto uma média menor para os valores das quotas percebidas.

O que conta realmente nos proventos da aposentadoria é o valor das quotas (prêmio de produtividade) que é de 200 por cento do vencimento, e quanto mais tempo o funcionário esperar para protocolar o pedido de aposentadoria a partir do momento em que completar os 35 anos de serviço, maior será a defasagem em relação aos proventos de sua inatividade.

A redação atual do artigo 76, portanto, é uma forma de pressão para compelir o funcionário da CRE a se aposentar e isso fere preceitos constitucionais que facultam aos funcionários públicos a se aposentarem, após cumprido o tempo mínimo, voluntariamente até a idade limite de 70 anos, quando sobrevém aposentadoria compulsória. O que a atual redação do artigo 76, da Lei 7.051/78 faz é coagir o funcionário a se aposentar no exato momento em que atinge a condição temporal para tanto.

Com a Lei 7.787/ de 21/12/83, procurou-se corrigir a situação ao oferecer a todos os que, na época, haviam ultrapassado o tempo mínimo de serviço de 35 anos, o prazo de 60 dias para solicitarem a aposentadoria.

O artigo 1.^o desta lei dispõe que "ao funcionário ocupante de cargo da estrutura do Grupo Ocupacional

TAF, que houver completado a condição temporal prevista para aposentadoria voluntária, fica assegurada a incorporação aos seus proventos da média aritmética das quotas produzidas nos últimos 3 (três) meses, desde que protocolize o pedido no prazo de 60 dias da publicação da presente lei.

É este artigo 1.^o da Lei n.^o 7.787 que coagiu funcionários da CRE a solicitarem aposentadoria exatamente ao completar os 35 anos de serviço, pela evidente ameaça de consideráveis perdas em seus proventos de inatividade.

Pelo exposto, torna-se evidente a necessidade de se proceder a alteração proposta na redação do artigo 76 da Lei n.^o 7.051/78, bem como da revogação do art. 1.^o da Lei n.^o 7.787, por serem flagrantemente inconstitucionais, sendo este o propósito do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI. Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupo a tribuna, Senhor Presidente, inicialmente para registrar a celebração, hoje, à hora do almoço pelo Arcebispo D. Pedro Fedalto, de uma missa comemorativa aos 24 anos do Canal 12 TV Paranaense de Curitiba, e, aproveitando o ensejo, parabenizamos o Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente de a "GAZETA DO POVO", e do Canal 12, pelos 24 anos de existência desse canal de televisão que tanto tem orgulhado a todos nós paranaenses, pela seriedade da programação que ali é levada ao ar.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, motivado pelo fato de que, ontem, foi o "Dia do Funcionário Público", e, o Paraná, muita expectativa cercou o período que antecedeu o "Dia do Funcionário Público"! A classe aguardava, com expectativa, que o Governador José Richa anunciasse alguma medida de concreto, de objetivo, para melhorar o salário dessa classe tão sofrida e tão judiada, que é a classe do funcionalismo público. Lamentavelmente, houve como que um verdadeiro jejum, as autoridades quiseram, até dar uma demonstração assim como se tivessem esquecido a data do funcionalismo público, mas este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não esqueceu que José Richa, em sua campanha, pedindo votos para chegar ao mais alto cargo do Paraná, o cargo de Governador, ele fez inúmeras promessas de melhoria no salário do funcionalismo público, prometeu, durante a campanha eleitoral promover, inclusive, a reposição salarial, porque o salário da classe está defasado mas, infelizmente, só no Governo de José Richa não apenas deixou de haver a reposição salarial, como também o funcionalismo está perdendo, só no Governo de José Richa, 39%, em relação ao aumento do INPC, quer dizer, comparando-se o real aumento do INPC no Brasil, o funcionalismo, apenas e tão somente no Governo de José Richa, perdeu 39%, em seu salário!

A receita do Governo do Paraná, no entanto, ela teve um crescimento astronômico, a receita aqui no Paraná - o ICM - cresceu, só no ano passado, do ano passado para agora, 385%! Foi o aumento

da receita do ICM, no Paraná, e, pelas palavras de José Richa, só neste ano o Governo do Paraná estará arrecadando um trilhão de cruzeiros, de ICM! Então, dinheiro, há, dinheiro, existe. O Paraná é, hoje, o Estado mais privilegiado do Brasil. Não conheço nenhum outro Estado que esteja numa situação tão boa quanto o Paraná, e prova disto é o volumoso investimento que Richa tem feito, aos Órgãos de divulgação, em troca de sua promoção pessoal; prova disto é a própria compra de um avião a jato onde a própria empresa que vendeu o avião, ficou surpresa, porque enquanto que nos demais Estados esses tipos de aeronaves são vendidas a prazo, aqui no Paraná Richa pode comprá-la pagando a vista.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, num Estado que vai muito bem financeiramente, num Estado em que o povo está pagando em dia os seus impostos, num Estado em que os cofres estão abarrotados de dinheiro, nós queremos aqui, cobrar, em nome do funcionário público, aquilo que fora prometido, não pelo funcionário público, mas pelo próprio cidadão José Richa quando pedia votos nos palanques do Paraná, quando prometeu humanizar o atendimento que seria dado ao funcionário público, mas nada disto aconteceu, e, ontem, o funcionalismo público estadual do Paraná comemorou, com muita tristeza, a sua data!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna para lembrarmos aos prezados companheiros desta Casa de Leis, que, amanhã, com início às 9:00 horas estará sendo realizado no Plenarinho desta Assembléia, o I Seminário Paranaense sobre Hidrelétricas, devido à necessidade de que este Estado firme posição concreta quanto às hidrelétricas previstas em construção no Estado paranaense, devido à importância de que se reveste de que o Paraná firme a sua posição com referência a este assunto, nós gostaríamos de contar, no dia de amanhã, com a presença maciça dos Senhores Deputados de ambas as Bancadas, nesse Seminário, que acreditamos se revista da maior importância para o Estado paranaense.

A discussão do assunto, com a presença das lideranças das duas Bancadas, com as presenças dos Governadores do Mato Grosso do Sul e do Estado do Paraná, com a presença de Diretores da ELETROSUL e de Diretores da COPEL, com a presença de palestristas de renome e de profundo conhecimento no assunto, nos leva a crer que amanhã, poderemos discutir com os segmentos sociais, inclusive interessados na preservação de nossas áreas e de nossa ecologia com a maior profundidade o assunto a que se propõe o 1.º Secretário sobre Hidrelétricas no Paraná e esperamos que esse primeiro Seminário seja o primeiro passo para a continuidade de estudos referentes a esse setor, e que possa culminar com a apresentação de um plano energético para o Brasil, no futuro Governo da República, para que os Estados geradores de energia elétrica, não sejam espoliados

na sua capacidade geradora, sem retorno algum, como vem acontecendo no curso das últimas décadas com o Estado do Paraná, tão rico em energia e tão espoliado na sua produção.

Reitero, portanto, este convite para que nós estejamos juntos, Parlamentares que somos, defensores do interesse da população que nos elegeu, neste primeiro Seminário paranaense de hidrelétricas a ser realizado amanhã, com início às 9:00 horas, no Plenarinho desta Casa.

Gostaria de, nesse instante, quando nos parabenizamos com o aniversário do Canal 12 de Curitiba, agradecermos penhoradamente, o empenho que a imprensa paranaense tem dado e a divulgação que tem feito com referência a este Seminário e ao problema hidrelétrico do Paraná. Esperando que na continuidade, maturidade da imprensa paranaense, nós estejamos todos amanhã para levarmos à opinião pública, os resultados concretos deste primeiro seminário.

Gostaria que em meu nome e em nome da minha Bancada, penhorarmos os nossos mais profundos votos de reconhecimento pelo brilhante serviço prestado pelo Canal 12, a todos nós paranaenses, na divulgação de notícias de interesse do Paraná e para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se no Horário da Liderança tivermos espaço, nós gostaríamos de discutir com a Bancada do PDS, especialmente com o Deputado Antônio Belinati, o que tem conseguido o funcionalismo público estadual no Governo José Richa, porque a voz isolada da Oposição não pode ser tomada como a voz do funcionalismo público estadual do Paraná que tem conseguido avanços, que acredita no seu Governo e que sabe que no discurso do Governo José Richa do Paraná, o funcionário público estadual tem merecido o maior carinho, o maior respeito por parte de nosso Governador e acreditamos que está na hora de pleitearmos a nível federal, pelo menos, as conquistas que o funcionário público estadual já conseguiu.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentre os vários programas desenvolvidos com sucesso no Governo José Richa, nós gostaríamos de destacar desta tribuna, um em especial. Trata-se do "PROGRAMA NOSSO", desenvolvido pela Secretaria de Indústria e Comércio. Este programa, pioneiro de apoio às indústrias caseiras, é na ação de extrema simplicidade, propiciando a intermediação de produtos originários da economia informal, artesanal. (mas não necessariamente original, artístico ou cultural) junto ao comércio convencional - principalmente Supermercados e Lojas de Departamentos.

O "PROGRAMA NOSSO" é um "show-room" no qual o produtor pode deixar amostras de seu produto. Em se falando de "PROGRAMA NOSSO" gostaríamos de render uma justa homenagem ao seu criador, um cidadão que vem trabalhando nesse mister há alguns anos, trata-se de Luiz Gorff. Luiz Gorff conseguiu abrir uma brecha no sistema, democratizando a coisa que mais o caracteriza -

a empresa. Pequenas empresas muitas vezes constituídas por um único casal, mas que passam a operar dentro das regras estabelecidas pelo jogo. Capital, matéria-prima e força de trabalho.

Vem então, a pergunta: Como pode uma ex-faxineira semi-analfabetizada, transformar-se em geradora de empregos? Pois, é aí que entra o trabalho, sob todos os aspectos, elogiável, de Luiz Groff. Viabilizando a comercialização dos produtos, abrindo espaços para eles nas gôndolas dos supermercados ou nas prateleiras dos grandes magazines. O "Programa Nosso" se torna possível à continuidade de uma série de pequenas empresas, de artesãos isolados, que sem esse apoio fatalmente nem teriam começado a operar.

Descobrimos talentos, recolhendo as demonstrações espontâneas da engenhosidade popular, estimulando a descoberta de habilidades até então adormecidas. - Luiz Groff - transformou centenas de vidas em exemplos de dedicação e operosidade. Nunca, em momento algum um projeto tão despretençioso e muitas vezes tão mal compreendido, produziu tanto em termos de rendimento social. Especialmente se considerarmos que, numa época de desemprego, quando as firmas escolhem seus quadros, surge de repente uma opção, uma nova alternativa para milhares de chefes de família que, além de garantir sua sobrevivência, ainda os liberta muitas vezes de um jogo vicioso que é o de trabalhar, anos a fio, em atividades que não correspondem absolutamente às necessidades de crescimento contínuo e aperfeiçoamento do indivíduo.

Por isso, rendemos, nesta tribuna, uma homenagem a LUIZ GROFF, o criador do "PROJETO NOSSO".

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O povo de Arapoti prestou, no dia 27 último, uma justa e significativa homenagem ao notável empreendedor paranaense, Avelino Antônio Vieira, inspirados e principal artífice da construção do do conglomerado BAMERINDUS, orgulho do Paraná e expressão dos meios financeiros do País.

A inauguração da Avenida Avelino Antônio Vieira, com a marca do reconhecimento ao ilustre paranaense incorpora à sede daquele município um equipamento urbano com cerca de 400 m. e que interliga a Rodovia Governador Parigot de Souza à Rua Telêmaco Carneiro. Uma avenida, com duas vias de 7 m. cada, com canteiro central, com iluminação de mercúrio, constituindo-se, portanto, num importante fator de embelezamento da cidade.

A homenagem justa e reconhecida do povo de Arapoti, estende-se a familiares de Avelino Vieira, aos acionistas, diretores e funcionários do BANCO DO BRASIL S/A; em razão das atenções dispensadas àquele progressista município desde o homenageado até os seus sucessores, no comando dessa maiúscula organização financeira do Brasil.

Cumpramos, neste sentido, que doações proporcionadas pelo BAMERINDUS, através de

imóveis no centro da cidade, e que muito contribuirão para o melhor desenvolvimento urbano da sede do progressista município de Arapoti, devem ser destacadas e reconhecidas pelo homem público.

Essas doações de áreas urbanas ensejarão ao Poder Público Municipal a programação de obras em importantes prédios públicos que abrigarão o Fórum, as residências de Juizes e promotores, a nova Estação Rodoviária, as instalações da Prefeitura Municipal, a nova Câmara de Vereadores, o Parque de Máquinas, além da própria Avenida Avelino Antônio Vieira que chancela este futuro Centro Cívico de Arapoti, marca significativa de uma sede urbana moderna, de um importante município da região do Norte Pioneiro.

E, é justamente a demonstração de consciência por parte da Diretoria do Banco do Brasil S/A, com um profundo sentido do social é que possibilitará a edificação dessas importantes obras públicas, que não apenas agasalharão os serviços essenciais ao bem-estar da comunidade, como representarão marcos históricos que consagrarão também exemplos de trabalho e de solidariedade.

Vale destacar ainda que quando Avelino Antônio Vieira instalou a agência de sua organização bancária em Arapoti, no ano de 1961, apenas duas ruas, a Avenida Moisés Lupion e a Rua Telêmaco Carneiro esboçavam os traços iniciais de urbanização daquela progressista cidade paranaense.

Portanto, destaco desta tribuna, a feliz comunhão de interesses e propósitos entre o público e o privado; entre empresários e políticos, nas pessoas do Presidente do Grupo Bamerindus José Eduardo Vieira e do Prefeito Municipal de Arapoti, Luiz Fernando Demasi, pelos enormes benefícios que por certo proporcionarão em favor daquela comunidade face ao ora discorrido.

Quanto ao poder público municipal de Arapoti, Prefeitos e Vereadores, a perpetuarem naquela cidade o nome do saudoso e benquisto empresário do Paraná, Avelino Antônio Vieira, exemplo inconteste de que o trabalho sério e perseverante faz crescer e dignifica o homem, ao tempo em que reflexos favoráveis são estendidos à sociedade que o abriga, lega a gerações futuras e consagram por antecipação o reconhecimento histórico dos grandes feitos e dos grandes beneméritos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana que passou, um fato por demais importante ocorreu neste Estado que não poderia passar despercebido por este Parlamentar que vos fala: Trajano Bastos de Oliveira, Presidente deste Poder, foi alçado à condição de Governador do Estado do Paraná. Evidentemente, pelo fato do Governador e do Vice estarem ausentes do País, este guarapuavano que tem-se constituído como autêntico justiceiro na Presidência deste Poder. E este fato de ele ter sido, por vinte e quatro horas, Governador do Estado do Paraná, para mim, que fui seu companheiro ontem no MDB, hoje, no PDS, mas respeito pela integridade, pela sua

postura, pelo seu comportamento, pela sua lucidez, tem-se destacado este Deputado, nosso Presidente, pelas suas qualidades, pela sua condição de imparcialidade, o que tem feito com que ele receba de todos os Deputados desta Casa o maior respeito. Portanto, um fato dos mais auspiciosos, este que o levou à condição de Governador do Estado, não poderia passar para mim despercebido.

Eu quero congratular-me com este brilhante Presidente do Poder Legislativo, muito embora por apenas vinte e quatro horas, mas marcou. Ele foi Governador de fato e de direito por vinte e quatro horas Governador do Estado do Paraná. Eu vim a essa tribuna apenas para comentar este feito, para registrar este acontecimento, entendendo ser da mais alta importância pelos relevantes serviços que ele tem prestado ao Paraná nos seus vários mandatos, nas suas várias legislaturas; e gostaria que esta Casa corroborasse com o meu pronunciamento, que os Senhores Deputados de ambas as Bancadas concordassem com o meu raciocínio enaltecendo um fato dos mais importantes que foi o de Trajano Bastos de Oliveira, guarapuavano de "quatro costados", ter sido por um pequeno espaço de tempo, ter tido a honra de ser Governador de todos os paranaenses.

Receba Deputado Trajano Bastos de Oliveira os meus cumprimentos, receba o meu abraço, o meu aplauso, porque ser Governador do Estado do Paraná, mesmo que seja por vinte e quatro horas, é um fato que merece um registro dos mais significativos nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

(Aplausos do Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi ainda na sessão plenária de hoje o Deputado Antônio Belinati comentar de que o Governo do Estado está abarrotado de recursos financeiros. Admitindo a hipótese de que isto seja verdadeiro, e seria interessante que Sua Excelência compreendesse que, muito embora admitamos isso verdadeiro, o Senhor Governador do Estado, para poder atender aos reclamos de toda a coletividade, a atender à todas as despesas necessárias ao próprio andamento da máquina administrativa, está limitado às autorizações orçamentárias; em qualquer rubrica do Orçamento Sua Excelência só pode gastar aquilo que está consignado no Orçamento. É por isso mesmo que, em virtude do elevado custo operacional da máquina administrativa - porque o preço dos bens e dos serviços, e mesmo o pagamento de pessoal, cresceram consideravelmente - é que as rubricas aprovadas nos fins do ano passado, para o orçamento deste ano, foram totalmente superadas. E, é por isto que tramitam nesta Casa diversas mensagens governamentais, a fim de pedir autorização para alocação de maiores recursos financeiros, em múltiplas rubricas dos diversos órgãos do Estado.

Ainda hoje, na Ordem do Dia, temos um projeto deste tipo e enquanto esta Casa não aprovar todas as mensagens, é evidente que os valores financeiros

autorizados para as despesas governamentais não podem ser atendidas pelo Governador. Como de fato, algumas administrações municipais no passado fizeram e, por isto mesmo, estão agora às voltas com a própria Justiça, porque gastaram mais do que estava consignado o Orçamento.

Fica, aqui, este esclarecimento para destacar que um fato é assistência de recursos financeiros, em segundo lugar é a autorização orçamentária que deve ser dada pelo Poder Legislativo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero registrar que estivemos, no final desta semana, em Porto Alegre, eu e o Deputado Nilso Sguarezi, representando a Bancada do PMDB nesta Casa, no Encontro Nacional de Deputados Estaduais do PMDB, que congregou representação de dezoito unidades federadas, com perto de cento e vinte Deputados Estaduais, que debateram, intensamente, por dois dias, a problemática nacional e também os interesses peculiares de cada Assembléia Legislativa e da qual se extraiu um documento "Declaração de Porto Alegre" que passo a ler.

"Os Deputados Estaduais do PMDB de dezoito unidades federadas, reunidos em Porto Alegre, nos dias 22 e 23 de outubro, após refletirem e debaterem sobre o momento político atual, as perspectivas econômicas e sociais do Governo Tancredo Neves, a ação do PMDB e outras questões inerentes à sua função, decidiram:

1) - Reafirmar seu apoio à Aliança Democrática e ao seu candidato, Doutor Tancredo Neves, como instrumento de convergência de todas as forças sociais e políticas do País, no restabelecimento pleno da Democracia, na reconstrução econômica e na execução das mudanças sociais que a Nação exige.

2) - Manifestar sua confiança no PMDB, como instrumento principal para assegurar as transformações políticas, econômicas e sociais, estabelecidas em nosso programa e nos compromissos da Aliança Democrática.

3) - Reafirmar nosso propósito de fortalecimento do Poder Legislativo em todos os níveis, como expressão legítima das esperanças e das aspirações da nacionalidade, consubstanciado na convocação da Assembléia Nacional Constituinte Livre e soberana.

4) - Recomendar a convocação extraordinária ou auto-convocação das Assembléias Legislativas de 05 de dezembro a 15 de janeiro, por Parlamentares, ou Governadores, comprometidos com as forças democráticas, com objetivo de assegurar a vigilância da cidadania sobre os dias difíceis que nos separam da eleição de Tancredo Neves.

Reafirmamos a convicção que para estabelecimento e sobrevivência de uma sociedade democrática estável, é imprescindível a promoção de iniciativas que signifiquem uma justa distribuição da renda nacional, pondo fim aos desequilíbrios regionais e a misabilidade absoluta de milhões de brasileiros".

Repudiar o recente ato da Mesa do Senado . . . (É retirado o som).

OSR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Muito obrigado.

OSR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado

o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Assumo a tribuna, nesta tarde, para juntamente com os companheiros democratas da Assembléia Legislativa do Paraná, com os companheiros democratas do Poder Legislativo todo, fazer a denúncia das tentativas de desestabilização do processo sucessório nacional. Fazer a denúncia da quebra da legalidade buscada por setores inconformados com as perspectivas de 15 de janeiro de 1985.

E faço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente, para embasar a nossa argumentação e a nossa preocupação, faço o pedido e a leitura na íntegra, da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que no último dia 25 de outubro, trouxe à Nação brasileira o seu apelo cívico, ao Governo e ao povo.

Diz a nota, Senhor Presidente e Senhores Deputados:

(Passa a ler):

"A CNBB participando das graves preocupações nacionais, neste momento político do Brasil, sente-se no dever de dizer uma palavra de advertência e alerta aos irmãos na fé e aos concidadãos de boa vontade, entre os quais os próprios governantes.

1) - No esperado e compreensível processo sucessório em vista da escolha do futuro Presidente da República, é necessário respeitar as regras constitucionais mesmo que não sejam elas - como de fato não o são - perfeitas.

A Nação quis e quer a eleição direta como ficou patente na manifestação popular de alta expressão cívica. Não lhe tendo sido devolvido o direito de eleger o supremo Chefe da Nação, deve-se agora respeitar intransigentemente as normas estabelecidas para a eleição do Presidente, a fim de não se cair na flutuação dos casuísmos jurídicos que geram incertezas e trazem a marca do jogo político de lamentável nível moral.

2) - É o momento de se defender corajosamente a legalidade. Qualquer tentativa de ruptura da nossa ainda fraca e incipiente democracia precisa ser repelida por patriotismo, por respeito ao povo e à lei e por amor à dignidade nacional.

As suspeitas de que os jornais dão notícias, de bolsões militares e civis, desconfiados de possíveis forças subversivas, devem ser esclarecidas à luz do dia, sem conchavos, sem reuniões secretas, sem conspiração. Uma Nação, que se pretende civilizada, não pode aceitar golpes.

3) - A Igreja, que há pouco conclamou os católicos a um jejum penitencial e a um dia de oração pela dignidade nacional, rejeita, em nome da ética e da lei de DEUS, os subornos, as promessas interesseiras, as compras de votos, as equívocas alegações de fidelidade partidária, as pressões injustas e ameaçadoras sobre os participantes do Colégio Eleitoral, a violação das regras de jogo, a mentira, numa palavra: a corrupção. A nobreza da Nação não aceita estes excusos processos anti-éticos, que não honram os que os aceitam e deles participam.

4) - Por fim, três apelos nos permitimos fazer.

O primeiro, aos que detém o poder no Brasil

que compreendam que o bem do nosso País exige, nesta hora, coerência com as normas que eles mesmos estabeleceram; imparcialidade, que é dimensão da justiça; e firmeza no cumprimento e execução da lei. Por amor ao Brasil, não permitam nem promovam atos que deflagrariam incontável convulsão social.

O segundo, ao Colégio Eleitoral: que escolham, para Presidente do Brasil, quem for realmente o mais competente, o mais honesto e o mais empenhado no bem comum, e, portanto, na definitiva democratização do País.

O terceiro, é ao povo brasileiro, para manter-se unido nos altos ideais políticos em favor do País, que não aceite nenhum gesto de violência nem dele participe; que se faça exigente defensor da legalidade e da Constituição.

"Isto, a Presidência da CNBB o diz, sabendo porque o diz, sem partidatismo, fiel às normas que tem seguido em todos os momentos graves da vida brasileira, no cumprimento de sua missão evangélica, com o olhar fixo no bem do Brasil.

Brasília - DF, 25 de outubro de 1984.

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência permite um aparte?

Em seguida, nobre Deputado, Nelson Buffara, somente para completar essa parte do raciocínio. É nossa intenção, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, fazermos uma retrospectiva rápida do que a imprensa nacional tem trazido na última semana, do noticiário sobre o quadro sucessório e sobre as evidências das tentativas de desestabilização e de quebra da legalidade constitucional do País.

Vale a pena, somente, antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara, termos em mente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um pensamento que por coincidência hoje, na "Folha de São Paulo", é retratado na coluna da Socióloga Marilene Chauí, que não é companheira do meu partido, filiou-se ao PT e se posiciona, na nossa opinião ainda, equivocadamente, contra a ida ao Colégio Eleitoral, mas, ela recupera um pensamento que, sociólogo, não só na área acadêmica, mas também na área política, como o Senador Fernando Henrique Cardoso, nos seus últimos trabalhos, tem trazido à nossa reflexão, quando diz, na sua análise, no seu artigo hoje, na "Folha de São Paulo", intitulado "O Golpe".

Justificando o alerta (Lê):

"Em terceiro lugar, porque nós, latino-americanos, temos na cabeça um certo "modelo" de golpe de Estado que nos atrapalha a percepção de golpes que escapam ao figurino estabelecido. Para nós latino-americanos, golpe significa: fechamento do Congresso, suspensão da Constituinte, das garantias civis, das liberdades políticas, prisões, torturas, mortes, exílios, estado de sítio e substituição de governantes, por uma junta militar plenipotenciária.

Visto que, agora as prisões dos comunistas (contra as quais pouquíssimos reagiram), o restante ainda não ocorreu, ficamos todos torcendo para que não haja golpe e não nos damos conta de que os fatos temidos já fazem parte de nosso cotidiano institucional, onde existem legalizados e legitimados.

Não só a LSN e as "salvaguardas" do "pacote

de abril determinam os limites do permitido à sociedade e a política. Mas, a Constituição é colcha de remendos de medidas de exceção, um grupo militar já governa o País e a repressão atua desbragada sobre movimentos populares. Os fatos da semana passada podem ser vistos como golpe dentro do golpe e a questão, cremos, não está em saber se um golpe será deferido e sim em saber se a campanha presidencial terá capacidade para frear o golpe já dado, fazê-lo regredir em vez de progredir.

Por coincidência, também na mesma "Folha de São Paulo" Edição de hoje, o Jornalista Hermano Alves, notadamente bem informado, traz uma análise que aprofunda essa constatação.

Diz ele: "Nas últimas semanas, muitos militares da Ativa e da Reserva, têm sugerido ao PMDB a Frente Liberal e ao seu candidato, que tomem precauções contra conspirações de toda espécie, que visam a desestabilização do quadro sucessório atual e a imposição pela violência de uma fórmula, que pelo menos signifique uma vitória para Figueiredo".

Antes de continuar na nossa linha de raciocínio eu concedo o aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Nobre Deputado Márcio Almeida.

Vossa Excelência, na tribuna desta Casa, na tarde de hoje, faz acusações Seríssimas, e evidentemente respaldando-se nos órgãos de imprensa que têm dito, nos últimos dias, que existe um movimento no Palácio do Planalto para desfechar um golpe nas instituições.

É evidente que a imprensa, às vezes, alguns órgãos de imprensa, querendo com notícias bombásticas, dar um clima de insegurança a Nação brasileira prenunciando um suposto golpe que jamais poderia ocorrer no Brasil nos dias de hoje.

O que existe, isto sim, no Governo Federal, é uma guerra implacável, uma guerra sem trégua aos comunistas do Brasil, estes estão sendo duramente atingidos numa campanha que eu entendo, ter certo fundamento.

Estes sim, querem desestabilizar o País, o regime, o Governo!

Não creio, Sr. Deputado Márcio Almeida, Vossa Excelência um médico ilustre, com curso superior, um médico que veio a esta Casa muito bem votado como Deputado Estadual que esteja sendo armado um golpe, no Palácio do Planalto, supostamente pelos homens que dirigem o País.

Eu não acredito, porque não temos ambiente para isso, Deputado Márcio Almeida! Apenas no cérebro de alguns é que pode gerar tamanha insensatez! O povo brasileiro não aceita um golpe, Deputado Márcio Almeida! Ninguém em sã consciência, aceita um golpe!

Nós, Deputados da Oposição, neste Governo Estadual e de Situação no Governo Federal, não aceitamos, ninguém aceita isso!

Os banidos, os cassados, os exilados, estão todos aí, medindo forças conosco, numa clamorosa demonstração do Presidente Figueiredo de retomar a Democracia, estão aí, muitos deles eleitos Deputados, Estaduais, Federais, Senadores. É a prova inequívoca, inquestionável de que o Presidente Figueiredo não quer golpe, e se ele não quer o golpe não será desfechado a esta Nação que jamais aceitaria.

Portanto, eu digo a Vossa Excelência que lamento profundamente que Vossa Excelência aceite o que certos órgãos de imprensa têm dito: que está sendo armado um golpe no Palácio do Planalto. Não existe ambiente para isso! Ninguém aceita, nem Vossa Excelência, nem os Deputados que comungam com Vossa Excelência, muito menos nós Deputados do PDS!

Golpe é uma palavra que está sendo usada para tumultuar mais o processo político. O que está acontecendo, repito, é uma guerra sem tréguas aos comunistas e irá prosseguir esta guerra e o regime será respeitado, e eu, hoje falo na condição de Vice-Líder, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, delegou-se o poder, na condição de Líder, que nós não aceitamos e ninguém aceita!

Tranquilo fique Vossa Excelência. Ninguém aceitará. Portanto, não creio que o discurso de Vossa Excelência prenunciando um golpe possa ter fundamento porque não existe, em sã consciência. Ninguém quer o golpe no Brasil!

Muito obrigado, Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Eu só gostaria, nobre

Deputado Nelson Buffara, que registro, com satisfação, o pensamento de Vossa Excelência se solidarizando com a legalidade do processo sucessório, tenho a certeza que a Bancada do PDS, nesta Assembléia, fecha com esta análise que Vossa Excelência acaba de fazer que não traz benefício a ninguém do País a quebra da legalidade do jogo sucessório estabelecido. Lamento, unicamente, a parte de palavras em que Vossa Excelência menciona, no tocante à perseguição de segmentos das forças de Oposição deste País, dos partidos proscritos pela Legislação existente, das forças socialistas, ou comunistas, ou das esquerdas, como se queira chamar num sentido mais amplo, o nosso posicionamento sempre foi, continua sendo o de defesa à legalidade dos seus partidos, à participação, e de repúdio, às perseguições e às prisões políticas. Nós lamentamos, inclusive, as recentes declarações que o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, pronunciou na Cidade de Londrina, neste sábado, quando, ao negar o interesse na instabilidade política que passaria pelo seu Ministério. E de fato, o tripé dessa manobra de queda da legalidade passa pelo Sistema Nacional de Informações, passa pelo "bunker" do Palácio do Planalto como ficou conhecido, após as jornadas das "diretas" de abril, e, particularmente do estado de emergência durante a votação da Emenda Dantê de Oliveira — e passa pelo terceiro pé do tripé que é o próprio Ministério da Justiça. E o Ministro da Justiça não teve peso em suas declarações ao dizer que prisão política — o raciocínio, a ligação é evidente, porque a pergunta do jornalista se referia às prisões ocorridas em São Paulo, em treze Estados do País, de que "prisão política é coisa normal". Quer dizer, é mais um indício do pensamento que se está arquitetando nas elites governamentais, tentando contaminar setores militares sensíveis e receosos de um eventual revanchismo, que jamais o PMDB, a Frente Liberal, ou a Aliança Democrática, ou o próprio candidato Tancredo Neves vislumbrou como possibilidade, o "revanchismo", e que é mais uma prova de que de fato não está tudo normal no quadro sucessório do País, na vida política nacional.

Ainda recentemente, na semana passada, como

registrou o Deputado Adhail Sprenger Passos, as Lideranças das Assembléias Legislativas do País todo, Lideranças do PMDB, ao analisarem o quadro político, fizeram uma recomendação a que todas as Assembléias Legislativas se auto-convoquem extraordinariamente, no período do recesso parlamentar do final de ano.

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Um momentinho, porque o Deputado Caíto Quintana havia feito a solicitação.

A nossa argumentação, que esperamos ter oportunidade de continuar é para fundamentar, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, a iniciativa de coleta de assinaturas visando alcançar os 2/3 exigidos pela Emenda n.º 15 à Constituição do Estado do Paraná, e fundamentados no artigo 15 dessa mesma Constituição, de convocação extraordinária da Assembléia Legislativa, para o período de 7 de dezembro a 31 de janeiro, e só vamos fazer a leitura antes de transferir a palavra ao Deputado Caíto Quintana, para embasar mais esta nossa argumentação:

CONSIDERANDO:

1 — a convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o próprio recesso parlamentar, ora sendo providenciada pelos congressistas preocupados em garantir a manutenção e cumprimento das regras constitucionais no processo sucessório;

2 — as evidências de que há solertes manobras sendo arquitetadas por setores interessados em violentar os textos legais em vigor e a normalidade do desenvolvimento do processo democrático até aqui conquistado pelo povo brasileiro;

3 — o recrudescimento da truculência como método de ação política, de que são exemplos os recentes incidentes ocorridos no Maranhão quando da escolha dos delegados de sua Assembléia Legislativa ao Colégio Eleitoral, e em vários Estados da Federação, com invasões de comícios e prisões políticas;

4 — as sem precedentes e alarmantes declarações do Ministro da Justiça, publicadas em todos os jornais do País, em que afirma serem prisões políticas "coisa normal";

5 — o alerta lançado pela CNBB, do alto de sua isenção político-partidária e credibilidade pública em documento datado de 25 de outubro passado, que nós pedimos a transcrição no início de nosso pronunciamento, mas que só para refrescar faz os seguintes apelos: "aos que detém o poder no Brasil para que compreendam que o bem do nosso País, exige, nesta hora, coerência com as normas legais que eles mesmos estabeleceram e parciabilidade que é a dimensão da justiça, e firmeza no cumprimento e execução da Lei. Por amor ao Brasil não permitam e nem promovam atos que deflagrariam, incontrolável convulsão social". E o segundo apelo dirigido ao povo brasileiro para manter unido nos altos ideais políticos em favor do País, que não aceitam nenhum gesto de violência e nem dele participem, que se façam exigentes defensores da legalidade e da constituição.

Fundamentado nestes considerandos, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, é que entendemos que deva esta Casa se manter em pleno funcionamento e vigilância no período do recesso até dia 31 de janeiro de 1985, a fim de não permitir, não se omitir, e não ser surpreendido

por ocorrência antidemocráticas. Se ao povo cabe ficar alerta, como chama a CNBB ao Poder Legislativo é indeclinável ficar a postos. E neste sentido, o Poder Legislativo é o nosso entendimento quando se trata de uma questão nacional, não se restringue ao Congresso Nacional, mas às Assembléias Legislativas e às Câmaras de Vereadores.

É neste sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que nós embasamos o requerimento que a partir de hoje passamos a recolher assinaturas, e esperamos que não só da Bancada do PMDB, mas, também, da Bancada do PDS.

Em consequência, concedo a palavra ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Márcio Almeida, eu necessito ser rápido nesta intervenção. Seu horário está em fase final, mas gostaria apenas de solidarizar-me com o pronunciamto de Vossa Excelência, e, em parte, contestar algumas colocações feitas pelo Deputado Nelson Buffara, do que significaria golpe de Estado. Graças a Deus, Deputado Márcio Almeida, o Brasil de hoje não é o Brasil de dois a três anos atrás; até pela reorganização de nossa sociedade, até devido as grandes concentrações populares pedindo eleição direta que mostraram que o Brasil quer um novo caminho democrático. Eu também sou solidário à idéia de que um golpe, um retrocesso na forma como nos, políticos, sul-americanos o vemos, com o fechamento do Congresso, com o fechamento das instituições, com a colocação da figura de um novo Presidente imposto pelo segmento qualquer que seja de força nacional, realmente esse golpe parece-me estar afastado, e Deus permita que ninguém o tente, porque a sociedade civil, eu tenho certeza, daria sua resposta no momento preciso.

Mas, golpe não é isso. E pelo que me parece Vossa Excelência quando começou o pronunciamento colocou muito bem; golpe é mudar regra de jogo no curso do processo. Golpe é a tentativa de se fazer voto secreto na eleição de Presidente, quando, durante vinte anos, na desconfiança que os governos revolucionários sempre tiveram dos seus próprios Deputados exigiam voto aberto para poder controlá-los. Retrocesso, golpe, significa todas as tentativas que estamos vendo hoje nesse processo sucessório na tentativa de impor contra a vontade popular e a vontade dos congressistas do candidato do PDS. No meu modo de entender, sempre que nós contrariarmos regras do jogo democrático para que ela venha servir exclusivamente ao interesse de um candidato, nós estamos fazendo um golpe contra a soberania do País, contra a vontade da população e contra a legislação eleitoral vigente.

Por isso a sua preocupação é profundamente válida, por que nós todos, estarecidos nesta Nação, estamos percebendo que esse jogo não será jogado por juiz imparcial. Uma vez mais, se tenta não respeitar a vontade popular. E hoje, através de agressões, estamos vendo que nem a vontade expressa dos Delegados do Colégio Eleitoral poderá ser vista e tida durante esse processo de eleição presidencial.

Acho que Vossa Excelência tem plena razão em temer por esse tipo de golpe. Acho que a Nação brasileira precisa estar alerta contra a tentativa de jogadas na Mesa do Congresso, que já tantas e tantas vezes mostrou que descumprimento aquilo que nós pregamos, que é a independência do Poder Legislativo, atrelando ele ao interesse de pequenas minorias. E uma vez mais nós estamos sujeitos a que essas pequenas

maiorias venham mudar o rumo do processo eleitoral, para beneficiar uma única facção; isso se nós tivéssemos que escolher uma única palavra para definir, é um golpe contra as instituições de uma Nação, porque muda, na regra do jogo, no curso de um processo. rarabéns, Deputado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço a contribuição do nobre Deputado Caíto Quintana, e a incorporo com satisfação ao nosso pronunciamento desta tarde. Eu queria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamar a atenção para algumas das frases ditas nos últimos dias por políticos, do nosso País, registradas na própria "Folha de São Paulo".

Disse o Governador do Maranhão, Luís Rocha, "o que aconteceu em meu Estado foi uma tentativa de desestabilizar o processo de democratização. E quem por ventura, não sabe que essa tentativa só foi abordada com a decisão do Governador Luís Rocha, de retirar das ruas a Polícia Militar do Governo do Maranhão? Quem desconhece hoje, o acantonamento de tropas do comando da amazônia, no Estado do Maranhão há 15 minutos da sua Capital, aguardando somente o tumulto a ser gerado por 6 elementos da Polícia Federal, que, adentraram ao recinto da Assembléia Legislativa daquele Estado.

Diz o analista político, Carlos Castelo Branco, "o Deputado Paulo Maluf não é o candidato popular, não é o candidato da minoria, da representação política, mas é o candidato do regime, e o regime sabe impor suas decisões preservando-se o uso do Poder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi prática nossa, na vida política jogar com o alarmismo jogar com o tumulto do processo político, em nenhuma instância, seja na vida dos movimentos sociais, seja na vida pública, seja na vida político-partidária.

O alarmismo e o tumulto são práticas de quem só sabe usar a força no jogo político. Nossa conduta e a conduta do meu partido, sempre foi a da discussão e do apelo à maior organização e mobilização da sociedade.

Os fatos que ocorrem no País há mais de 40 dias, desde a explosão da bomba no TUCA, Teatro da Universidade Católica de São Paulo, no mesmo dia e hora, em que há 5 anos, se deu a invasão da Pontifícia Universidade Católica, como comemoração macabra daquela data, iniciou esta explosão e incêndio destruindo totalmente o Teatro da Universidade Católica, tido e havido na vida política nacional, como um dos baluartes da resistência democrática deste País, iniciou o processo de desestabilização, de tentativas de desestabilização do processo sucessório e da candidatura Tancredo Neves.

Ao contrário do pretendido, o que estamos verificando no dia-a-dia, é a desestabilização, pela incompatibilidade, e com a opinião popular, pela incompatibilidade com a própria representação, política e do próprio PDS por sinal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado; concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson

Vasconcellos.

O Sr. Nelson Vasconcellos — A Liderança concede mais 5 minutos ao Deputado Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PMDB, por 5 minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço as referências da Liderança, e prosseguindo, tentando finalizar o nosso raciocínio, a indiferença ou a submissão, a indiferença perante o quadro político, leva, fatalmente, à submissão.

Esta, é a análise que a Executiva Nacional do PMDB fez, na semana passada, ao decidir mudar a tática da condução da candidatura Tancredo Neves substituindo as concentrações populares grandiosas, que fatalmente ocorreriam, como vêm ocorrendo, por uma mobilização e uma aglutinação mais contínua e permanente, de todos os segmentos da sociedade brasileira, e, coerentemente com essa análise que a Executiva Nacional do meu partido fez, à semana passada, hoje, a "FOLHA DE SÃO PAULO" novamente traz, através do seu articulista aqui de Curitiba, Nereu José Teixeira, a seguinte análise:

"A medida em que se aproxima o dia 15 de janeiro, aumentam as apreensões da sociedade brasileira. Este clima de angústia e tensão, só comparável aos dias mais sombrios, de épocas ditatoriais, pretende erodir a resistência da Nação; todo aquele que foge ao isolamento do meu universo particular, e tem consciência de que seu futuro e de seus filhos está na dependência não apenas de uma atitude individual, mas, também, de uma postura política na qualidade de cidadão, começa a ficar receoso pelo que possa acontecer, na turbulenta marcha da sucessão presidencial. Motivos para isto, não faltam; o Governo, que, teoricamente deveria portar-se como um árbitro de um pleito por ele mesmo engendrado, começa a colocar toda a sua força, a serviço de um dos candidatos, justamente daquele mais impopular, repudiado por companheiros de Partido e que ainda não conseguiu a adesão do Líder Governista na Câmara, nem do Ministro Chefe da Casa Civil!

A que nos conduzirá essa atitude tão contrária ao bom senso? Que rumos poderão ser impressos a uma eleição com aspectos tão conflitantes? Ninguém necessita ser gênio em política, para verificar que, esse estado de confusão é gerado com a finalidade expressa de assegurar o continuismo de um pequeno grupo encastelado no Poder, há vinte anos e que, fiel as suas tradições, tenta fazer, do medo, sua arma mais eficaz; o medo conduz à hesitação, e, esta, à submissão. A maneira de se resistir, é, revigorar constantemente, a consciência de que, o desejo de transformar a vida nacional, é o direito mais legítimo que se pode ter. Nada possui de condenável, não se reveste de revanchismo nem pretende recuar os ponteiros da História, é, apenas, um comportamento ético e moral diante de um momento decisivo para o Brasil. Esse impulso cívico que não deve ser contido, é ele que nos conduzirá, corajosamente, à futura democracia, e esta, nunca foi ofertada, sempre foi, conquistada!"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Espero que os fatos políticos dos próximos dias venham a justificar o recuo do posicionamento da

CNBB, do PMDB, da OAB, que hoje realiza a sua reunião, da sua Ordem, a nível de Conselho Federal justamente para tirar posições e uma orientação em relação ao quadro político que se está vivendo, e que justifiquem, também, um recuo dessa nossa atitude, do PMDB do Paraná, ao tomar a iniciativa de colher assinaturas convocando, extraordinariamente, a Assembléia Legislativa, para funcionar no período do recesso eleitoral. Nosso objetivo, e a nossa motivação é de que, através da mobilização e das iniciativas de toda a sociedade brasileira, façamos recuar as iniciativas e tentativas golpistas desestabilizadoras do atual processo político, para que, aí sim, se permita o nosso recuo, o recuo das forças que há 20 anos resistem ao período autoritário e que agora, às vésperas da sucessão, veem-se novamente forçadas a puxar ao alerta, a Nação e os Governantes, e os patriotas brasileiros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Por dez minutos, o Deputado Rubens Bueno, por cinco minutos, o Deputado Mário Pereira e por dez minutos, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a palavra, o Senhor Deputado Rubens Bueno, por dez minutos, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê): "Finalmente, após mais de 10 longos anos em que se transformou numa das mais vorazes receptoras de investimentos internos e externos, a gigante ITAIPU foi novamente inaugurada; desta vez, com o acionamento das duas primeiras unidades geradoras. Indiscutivelmente, uma grandiosa obra de engenharia, que ao contrário de outras, não menos faraônicas, teve o condão de desde o início dos trabalhos de construção, estes jamais tendo sido interrompidos por falta de recursos, o que comprova a importância daquela hidrelétrica, pelo menos no plano estritamente energético; sorte idêntica, por exemplo, não teve o Programa Nuclear com a construção das Usinas de Angra cujos recursos, além de mal investidos, tiveram de ser várias vezes interrompidos.

E, evidente, que sob o ponto de vista tecnocrático ITAIPU transformou-se num "sonho de uma noite de verão" com a vantagem de que se concretizou realmente, firmando-nos a independência num campo, em que paradoxalmente já havíamos dado o nosso grito do Ipiranga: além de não termos falta de energia, já a tínhamos de sobra. Com a inauguração de ITAIPU, esta sobra se converterá num considerável excedente energético que, fatalmente, todas as concessionárias da ELETROSUL estão obrigadas, por lei a comprar, quer precisem ou não desse suprimento inclusive a COPEL, como afirmou recentemente o Presidente das Empresas Energéticas Paulistas. Através deste meio, a binacional obterá a receita destinada a pagar os débitos, que segundo os técnicos deve rondar a alucinante quantia de Cr\$ 18 bilhões.

Esta razão porque a Usina só começará a operar com capacidade total em 1990, quando se espera que o capital investido se torne menos improdutivo haja vista, que a quase totalidade do mesmo já foi realizado.

Amada por uns, escarçada por muitos, dependendo de quem olha e por que ângulo se olha a obra, na qualidade de brasileiro e paranaense não há como achar que foi um bom negócio. Bom negócio talvez tenha sido para o Paraguai, que sem arcar sequer com os custos financeiros da construção é proprietário de metade da maior hidrelétrica do mundo; não tendo capacidade para absorver tamanho volume energético, pois uma só turbina gera 70 mil KW, e o Paraguai somente necessita de aproximadamente 300 mil KW que já são produzidos pela Usina de Acaray. Também, o Brasil está comprometido a comprar-lhe o excedente, sendo que nesta "venda" de energia, que jamais seria utilizada o País vizinho saldará sua parte no débito com a construção. O motivo da exacerbada generosidade que move nossas autoridades ficará encoberto, uma vez que razões de ordem geográfica, política e de bom senso, não a explicam.

No que diz respeito ao Paraná, infelizmente não podemos nos unir àqueles que num êxtase de júbilo inauguraram ou assistiram à inauguração da hidrelétrica. Não desejamos negar publicamente os méritos arquitetônicos da obra, nem contradizer ou desiludir aqueles que afirmam que dentro de dez anos todo o seu potencial será aproveitado. Não! A nossa posição deve-se unicamente ao fato de que, muito embora implantada em território paranaense, com o sacrifício de nosso solo e de nossa gente, num claro desrespeito aos nossos interesses, já que não fomos sequer consultados quanto aos mesmos, tudo indicando que nada iremos receber em retribuição, pelos incalculáveis custos de várias ordens, com que o Estado arcou.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Como já afirmei, não sou contra o processo desenvolvimentista; porém, como também já disse e repeti desta tribuna, em diversas oportunidades, este processo deve-se assentar primordialmente em bases de justiça e equidade, e no que tange à construção da hidrelétrica de ITAIPU esta não foge à regra, tendo uma pesada dívida para com o nosso Estado; dívida que cumpre saldar, sob pena de mais uma vez vermos nossos legítimos interesses postergados ou até relegados ao esquecimento.

Não é de agora que a sociedade paranaense vem-se pronunciando quanto à necessidade de se ver ressarcida dos prejuízos que ainda refletem na nossa economia. A inundação de vastas áreas produtivas de alta rentabilidade situadas em 8 municípios do Estado, e todas as implicações econômicas que daí derivam como o lucro cessante dessa região e o deslocamento de 40 mil habitantes desses municípios; a perda irreparável de uma das nossas mais belas atrações turísticas (a qual o Gal. Costa Cavalcanti disse transferir "185 quilômetros abaixo, numa obra feita pelos homens, que é ITAIPU") e de sítios arqueológicos, todos estes motivos são suficientes de sobra para ilustrar esta pretensão.

Que estes acontecimentos nos sirvam de lição, para que, quando nos venham com a informação da construção de novas usinas, e com a intenção

de submergir 1/5 do solo do Estado, saibamos firmar o pé intransigentemente, não permitindo tais obras. O Paraná não será convertido em um enorme lago, em nome do processo desenvolvimentista e dos interesses escusos da ELETROSUL e do GOVERNO FEDERAL”.

O SR. RUBENS BUENO - Concedo aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Nobre Deputado Rubens

Bueno, é oportuno na hora da festa de inauguração da Itaipu, Vossa Excelência voltar à tribuna para falar dos prejuízos que o Paraná teve com a construção de Itaipu, inundando, sem nenhuma contrapartida para o nosso Estado, as mais ricas terras do Paraná no extremo Oeste de nosso Estado.

Mas, Deputado Rubens Bueno, não foi só neste sentido que o Paraná e o Brasil, perderam com Itaipu. A política externa do Brasil que tem se conduzido de uma maneira geral muito bem nos últimos anos, sofreu com Itaipu, uma grande derrota diplomática para a Argentina. O Brasil priorizando Itaipu, quando poderia ter sido postergada a obra, porque aproveitamento de Kilowatt instalado mais econômico, existem diversos em nosso País. Numa época de dificuldades econômicas se optou por fazer Itaipu. E, se pensou para baratear a obra, porque quem vai consumir evidentemente a energia de Itaipu é o Brasil, como bem disse Vossa Excelência, por não ter o Paraguai nem condições de consumir. Pois, nem redes de distribuição possui. Queria o Brasil, que a frequência elétrica do Paraguai fosse transformada de 50 para 60 “hertz”, podendo o Brasil então exportar todos os aparelhos de eletrodomésticos e com a ampliação de demanda natural que haverá no Paraguai poderia ter um mercado maior para as indústrias brasileiras. No Paraguai a energia elétrica é de 50 ciclos igualmente à Argentina. E ficou o Brasil impossibilitado de adentrar no mercado paraguaio, obtendo a Argentina uma vitória, praticamente, mantendo cativo o mercado paraguaio.

Seria mais barato ao Brasil transformar as poucas usinas e pequenas adaptações, transformando de 50 para 60 ciclos todo o sistema elétrico embrionário ainda do Paraguai, do que fazer a reversão, a transformação da metade das turbinas que gerarão energia a 50 ciclos, para 60, para depois então o Brasil poder comprar.

Portanto, Itaipu registra, lamentavelmente, uma grande derrota diplomática da política externa do Brasil.

Eu parabeno o Deputado, porque acho que nós devemos nos revezar continuamente na tribuna exigindo compensações por parte da Itaipu - Binacional para o nosso Estado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Mário Pereira, que o desastre da política externa do Governo brasileiro vai exatamente influir no bolso do brasileiro. Porque, aí é que será o resultado final, em que tudo que foi despendido, tudo que foi jogado, tantos milionários que ficaram mais enriquecidos ainda com essa obra, virá em prejuízo do próprio brasileiro. Concedo aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, o assunto que Vossa Excelência traz à tribuna, é dos mais polêmicos, dificilmente nós poderíamos atingi-lo

nos dez minutos de Vossa Excelência.

Mas para contribuir em parte aqui neste instante, na linha de raciocínio feita pelo Deputado Mário Pereira. Veja bem nobre Deputado, o tratado de Itaipu prevê a importância de 650 dólares por quilowatt produzido, gerado pela Itaipu. E, numa cláusula expressa diz que nunca poderá ser menos de 18 milhões de dólares, o que a Itaipu Binacional, que é uma empresa dos dois países, deveria parte destinar ao Brasil e ao Paraguai. Seriam 9 milhões de dólares - o mínimo - e com a potência total de Itaipu atingiria 30 milhões de dólares.

Ora, Deputado, essa tese nós precisamos mantê-la acesa e defendendo. Se o Brasil vai receber os “royalties” gerados por Itaipu, nada mais justo que o Paraná que é o leito natural dessa hidrelétrica, seja beneficiado com esses “royalties” para poder fazer frente ao grande problema social que Itaipu gerou.

Por isso, nesse momento em que nós, paranaenses e brasileiros, temos uma pequena luz de abertura que os nossos governos eleitos democraticamente pelo povo podem também fazer um posicionamento político além do posicionamento técnico e jurídico, é chegada a hora de cobrarmos ao Paraná o que o Paraná tem perdido com Itaipu e outras usinas, não permitindo que um produto, o valor que é repassado no consumo da energia seja distribuído para outras regiões do Estado que nós já estamos fornecendo energia para alugar a eles.

Nós não usamos a energia gerada por Itaipu. Não precisamos dela. Temos suficiência com as usinas da COPEL e temos que pagar como muito bem Vossa Excelência está denunciando nesta tarde pagar para a ELETROSUL pela energia que nós não consumimos.

Nós devemos voltar a este assunto Deputado Rubens Bueno, e eu só quero me parabenizar com Vossa Excelência, por trazer à tona este assunto, neste instante da véspera do Primeiro Seminário de Hidrelétricas, onde nós precisamos rever tudo isso e formar uma posição paranaense em defesa do interesses do nosso Estado.

Meus parabéns, Deputado.

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa informa que está encerrado o horário do Deputado Mário Pereira.

O SR. RUBENS BUENO - Requeiro a Vossa Excelência que dê como lido o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere e por cinco minutos concede a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Eu, inicialmente, gostaria de saber, Senhor Presidente, quantos minutos foram-me destinados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Cinco minutos.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu assumo a tribuna de hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para ler um telegrama, um telex enviado

pelo Deputado Nelson Friedrich, Secretário do Interior, ao Presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, com respeito à política energética.

Passo a ler o telegrama, e posteriormente algumas considerações, se houver tempo. (Lê):

"Considerando que as graves distorções promovidas pelo modelo econômico vigente sobre a política energética nacional merecem uma análise global e multidisciplinar à luz das diretrizes programáticas do novo Governo.

Que as consequências da ação compartimentalizada e não globalizada do setor elétrico são visíveis no enorme endividamento interno do setor (US\$ 25 bi), nos equívocos da política tarifada no atraso da distribuição com relação a geração de energia elétrica.

Que no Paraná, por força de seus recursos energéticos e pela ação do governo e da sociedade, encontram-se em discussão adiantada temas como os efeitos das grandes hidrelétricas (Itaipu, Ilha Grande). A redução de custos na distribuição de energia na área rural, o aproveitamento racional do potencial hidráulico, etc.

Que a Concessionária Estadual, a COPEL, e reconhecidamente uma excessão no quadro geral de endividamento externo, um exemplo de eficiência técnica e administrativa desenvolvendo hoje o maior programa de eletrificação rural já realizado na América Latina (100.000 ligações em 4 anos).

Que, em São Paulo localiza-se o maior consumo industrial e segundo maior consumo rural do país, além de um terço da capacidade geradora.

Que, em reconhecimento nacionalmente o esforço e a competência da Presidência da CESP, ELETROPAULO e CPFL, em adaptar este conglomerado de empresas às diretrizes de um Governo Democrático, tomo a liberdade de sugerir a presidência do Diretório Nacional e a Direção do Comitê Eleitoral, Tancredo Neves", a realização de um Seminário Nacional do PMDB sobre política energética para o novo Governo, em fins de novembro, a realizar-se em Curitiba ou São Paulo, sob a responsabilidade dos Governos ou Diretórios Regionais dos dois Estados ou ainda, de Universidades Estaduais.

Certo de estar contribuindo para viabilizar o aprofundamento das discussões partidárias e supra-partidárias sobre um tema de importância capital, sem as quais dificilmente poderá o futuro Governo efetuar as mudanças que a sociedade espera, subscrevo-me
Atenciosamente

NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Deputado Federal

Secretário de Estado do Interior do Paraná

Presidente do Conselho de Administração da

Cia. Paranaense de Energia - Membro dos Diretórios Regional e Nacional do PMDB.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida às considerações

Deputado Gabriel Manoel porque eu tenho pouco tempo, e eu não gostaria de ler o telegrama sem fazer algumas considerações.

Eu acho, Senhores Deputados, oportuno o telex enviado pelo Secretário e Deputado Nelson Friedrich, porque energia no Brasil nunca foi tratada

de forma global. Muito bem disse ele: que é tratada compartimentalizadamente.

Não há, através do Ministério de Minas e Energia uma política que envolva petróleo, carvão e energia elétrica sob o mesmo enfoque de energia.

E nós temos visto ao longo dos últimos anos que o Brasil tem sofrido consequências desastrosas pela insegurança e pela falta de discussão. Assim, é que há anos atrás o Rio Grande do Sul sofreu racionamento de energia elétrica porque todo o sistema elétrico brasileiro tem uma frequência de 60 ciclos, e aquele Estado ficou em discussão: se transformava de 50 para 60, ou se continuava investindo em novas usinas com um sistema em separado de 50 ciclos. A discussão alongou-se por muitos anos e o Rio Grande do Sul entrou em racionamento de energia elétrica.

A seguir, na siderurgia, aconteceu a mesma coisa: ou o Brasil ficou indefinido sem investir em novas siderúrgicas, ou ampliava as antigas, e acabou importando, acarretando perdas de divisas para o nosso País. Na questão do petróleo é a mais conhecida de todos, pois acabou não se investindo em prospecção e se priorizando a distribuição. E hoje, a energia elétrica eu vejo com apreensão o início da discussão, o início da discussão se é oportuna ou não esta ou aquela hidrelétrica; se é oportuno ou não a utilizar mais usinas no Rio Iguaçu. O que eu quero alertar é que a energia elétrica, a programação, o planejamento tem que ser feito a longo prazo, a muito longo prazo, porque a implantação de uma hidroelétrica leva muitos anos, e o Brasil, perigosamente, para um País que não tem uma política global, alcançou novamente, Senhor Presidente, um patamar de mais de 10% ao ano de consumo de energia elétrica.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB se fará o uso do horário restante.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - O Senhor Deputado Caíto Quintana por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Por dez minutos o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comemoramos recentemente o Dia do Servidor Público, servidor público que no contato particular - é bem verdade com alguns deles - estão agradecidos ao Governo do Estado do Paraná pelas medidas tomadas pelo Governo José Richa em favor do servidor público.

Não pretendo aqui polarizar a afirmação do Deputado Antônio Belinati de que o servidor público paranaense esteja desiludido por promessas de campanha do governo peemedebista. Pelo contrário, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós gostaríamos de analisar à luz da verdade, racionalmente, o que significa melhorar a condição de vida do servidor público do Estado do Paraná, como um todo. Analisarmos o servidor como uma classe formada por várias e várias atividades, não permitindo que nós venhamos pinçar do meio do termo genérico servidor público uma categoria ou outra, que porventura,

não esteja satisfeita com o seu vencimento; analisarmos no plano geral o que significa o servidor público do Estado; analisarmos que o prestígio, o cumprimento da palavra empenhada em favor do servidor público do Estado do Paraná é, acima de tudo, equipararmos o servidor público na legislação, dando a todos sem distinção as melhorias a que têm direito pelo trabalho que prestam.

A simples reposição salarial, a que se refere o nobre representante do PDS, é uma necessidade urgente nesta Nação, é uma necessidade premente de que nós venhamos fazer a reposição salarial para o servidor público e para o homem celetista, para o trabalhador brasileiro. Mas é importante que venhamos a analisar o conjunto de medidas já adotadas pelo Governo do Estado do Paraná, mostrando que este Governo tem empenhado todo o seu esforço e sacrifício para que o funcionalismo público tenha melhora na sua vida e no seu salário. Nós aqui, sem querermos lançar loas no Governo José Richa, porque sabemos que muito ainda esse Governo haverá de fazer pelo trabalhador, pelo servidor público do nosso Estado.

Enumerarmos algumas vantagens que foram bandeiras do trabalhador durante anos, anos e mais anos. Vontades acalentadas no peito do trabalhador durante muitos e muitos anos e sempre negada. E agora, em menos de dois anos de mandato, já conseguiram, sem grandes promoções, sem grande divulgação, porque se reconhece em direito e ao homem público o dever de atender estes direitos.

O servidor público do Paraná já recebeu o 13.^o salário. O servidor público do Paraná já hoje tem seu reajuste semestral. O servidor público do Paraná tem participação das Associações de Classe no processo decisório. O servidor público do Paraná conta com jornada de 40 horas, percebendo salário inicial equivalente a dois salários mínimos. O servidor público do Paraná teve ressarcimento das quantias descontadas em virtude das greves dos professores de 1982. O servidor público, professor de ensino superior, com um aumento de 55% maior do que os demais servidores. O servidor teve desachatamento das tabelas salariais, comprimidas há mais de dez anos, beneficiando as faixas de menor salário. O servidor público do Paraná teve concessão de verba de representação para Delegado de Polícia, Procuradores e Delegados da Polícia Geral do Estado. O servidor público teve produtividade para Psicólogos e Assistentes de Engenharia do Estado. Teve a concessão para a Polícia Militar de percentuais de reajuste salarial bem acima do índice geral concedido ao funcionalismo, porque esta categoria estava mais defasada com as demais. E o Governo do Estado do Paraná, dentro do equilíbrio que norteia o Governo democrático, acha que o essencial é dotarmos todas as categorias de uma condição de salário que faça jus ao trabalho desempenhado em favor da coletividade. Tivemos, como uma das grandes vitórias dos celetistas deste Estado, a unificação da data-base entre os celetistas e os estatutários, para aumento dos seus vencimentos. Tivemos leis de inativos aprovadas neste Governo.

Tivemos, recentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o anúncio pela Secretaria de Educação, mais especificamente no Dia do Professor, de que as distorções criadas no ensino de 1.^o a 4.^o ano

no Estado do Paraná, onde a simples professora, que tem a incumbência de ensinar o "beabá" para a criança, e esta professora sempre teve salário reduzido porque fazia parte do quadro celetista das prefeituras municipais, não sendo amparada pela Legislação do Estado, não tendo vencimento codigno, ainda recentemente, no Dia do Professor, a Secretária de Educação anunciou para o ano que vem o concurso para dez mil vagas no ensino primário dentro do Estado do Paraná. Isto vai beneficiar, diretamente, estas professoras que, no curso de toda a história política do nosso Estado, foram renegadas na sua categoria, fazendo o mesmo trabalho das outras, mas não tendo a cobertura, os vencimentos, o reconhecimento do seu trabalho. Foram anunciadas aproximadamente três mil contratações para serventes de escolas, que muitas e muitas escolas pagavam pela comunidade o trabalho de limpeza de sua escola municipal. Tivemos o anúncio da contratação de três mil pessoas para apoio técnico nas secretarias das escolas.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho importante a vigilância da Oposição no que diz respeito às atitudes do Governo. Acho importante e necessária a denúncia da tribuna desta Casa, de todos os atos de desmando que porventura sejam praticados pelo Governo do Estado do Paraná, porque reconhecemos o direito do Parlamentar de usar, sempre que necessário, a sua voz para defender o interesse do paranaense.

Mas achamos também que a denúncia pura e simples, que a tentativa pura e simples de ser contra, em nada ajuda, e nem apóia, a categoria que está se procurando denunciar em nome dela.

Nós precisamos ter coerência, que o Estado do Paraná tem dado ao Servidor Público muito mais do que o Governo Federal tem dado e ainda recentemente, num pronunciamento do Deputado Paulo Maluf eu ouvia como plataforma sua, a instituição do 13.^o salário para o Servidor Público Federal.

Isso, nós temos que reconhecer que o Servidor Público Estadual já conseguiu no Estado do Paraná, portanto Senhores, quando tanta deficiência existe para os homens que no plano estadual ou federal trabalham para desenvolver a máquina desse Estado, seria importante que nós viessemos também na tribuna desta Casa, que se reconhecesse o esforço gigantesco do governo do Estado do Paraná, para cumprir a sua promessa ao servidor deste Estado, dando a ele o direito e a capacidade de poder sobreviver e contribuir.

E quero dizer ainda, que se aumentou a arrecadação deste Estado como foi dito desta tribuna no dia de hoje, foi exatamente porque o Servidor Público Estadual do nosso Estado, vendo o empenho do Governo em reconhecer o seu trabalho, partiu com mais dinamismo, com mais coragem, com mais amor à sua profissão, para levantar a arrecadação deste Estado, porque percebe que, talvez pela primeira vez, o seu trabalho está sendo reconhecido pelo governo que tem que saber realmente, que a máquina administrativa do Estado, não é tocada pelo Governador, mas é tocada pelo servidor público estadual, e esse reconhecimento, o Servidor Público Estadual tem do Governo José Richa. Se não conseguirmos a reposição, talvez seja porque ainda não conseguimos a descentralização de rendas;

porque o Governo Federal nos tem levado recursos paranaenses.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

O SR. NELSON BUFFARA — O Deputado Gabriel Manoel, por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Por 15 minutos, com a palavra, Sua Excelência o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Deputado que terminou de falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná.

Não é a vez única, que nós tivemos no Governo do Paraná um Jayme Canet Junior, que Vossa Excelência esquece, um homem que também lutou pelo bem-estar do Paraná e de sua gente, o homem que fez a malha rodoviária paranaense. Agora, o Deputado na euforia de claudicar, na euforia, como dizia Odorico Paraguassu, por "puxassaquismo", esquece do Canet. Onde está o Canet?

O homem que deu ao Paraná, o homem que fez do Paraná um Estado transitável, como dizia o Deputado Escorsin, que mudou a fisionomia geográfica do nosso Estado.

José Richa não é o único, se não fora Jayme Canet, que Vossa Excelência esquece na tribuna, no afoitismo de puxar o saco do Governador atual, que Vossa Excelência esquece de falar, esquece porque já foi no passado.

Eu admiro o Deputado que fala no único Governador, que esquece do grande Governador Jayme Canet. É a primeira traição ao povo, é a traição dos homens que estão no poder, que amanhã, quando Jayme Canet for governador, Vossas Excelências estarão bajulando, porque Canet deu a eleição a Richa. Nós quase perdemos as eleições, quase não voltamos aqui, mas não deixamos de reconhecer com a nossa Bancada do PDS o valor do homem que não pode ser esquecido.

Quanta traição ao povo, apenas para ser simpático ao Governador paranaense, apenas para ser simpático a Nelson Friedrich, que esteve puxando o saco, em Itaipu, do Presidente Figueiredo. Apenas para badalá-los, o Governador que esteve badalando o Presidente da República, em Itaipu. Onde está a coerência da bancada de Vossa Excelência? Onde está a coerência de Vossa Excelência ao falar que o único governador foi José Richa?

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não lhe dou o aparte, porque quero complementar o meu raciocínio.

Onde está a coerência? Vossa Excelência perdeu a oportunidade de falar no maior líder paranaense, que se chama Jayme Canet. Como dizia Camões: "É a primeira traição ao público".

Disse um deputado, que Nelson Friedrich é o salvador da Pátria; mas, foi lá bajular e badalar o Presidente Figueiredo; estava conosco na inauguração das turbinas de Itaipu. Estava como um cordeirinho, a puxar, a badalar. São dois pesos e duas medidas, Sr. Presidente.

E vêm as patativas do oportunismo, vêm as patativas falar em Nelson Friedrich, um homem como o Secretário do Interior, que combatia e combate Itaipu. Foi lá na inauguração. São os traidores, são os homens que não sabem, Sr. Presidente, povo do meu Paraná. Esteve lá Nelson Friedrich a badalar o Presidente Figueiredo. Estava lá o Governador. Só Jayme Canet o homem sério, o homem bom do Paraná, lá não esteve, porque ele tem uma linha de conduta. E Vossas Excelências a puxar o saco do Governador, esquecem-se do maior Governador que o Paraná teve, que se chama Jayme Canet Junior.

O Deputado fala desbragadamente em Nelson Friedrich, mas estava lá, humildemente do nosso lado, ao ver as comportas abertas de Itaipu. Porque ele foi lá? Se ele é contra, se a ideologia dele é outra, por que ele foi lá puxar o saco do nosso pessoal?

Canet não estava lá, mas Richa estava. Nelson Friedrich estava. E nós, humildemente, recebemos o Governo do PDS. Nelson Friedrich e o Richa, com todo seu séquito estava lá. E Vossas Excelências vêm desbragadamente, descaradamente, falar que são contra Itaipu. Por que foram lá? Quando eu sou contra uma coisa eu não vou lá. Fomos convidados para ir a Arapoti; não fomos, apesar de que lá estava o maior Governador do Paraná, Jayme Canet Junior, que há de voltar.

O Sr. Caíto Quintana — Permite um aparte? Gentilmente eu lhe peço.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu não dou aparte, porque Vossa Excelência não me deu.

O Sr. Caíto Quintana — Mas, Vossa Excelência não me pediu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu pedi e Vossa Excelência não me deu. E então, permita-me Sr. Presidente, que eu complemente o meu raciocínio.

Porque esta cambada, Sr. Presidente, não sabe o que quer. Eles bajulam Richa hoje; estavam bajulando Ney Braga ontem e amanhã vão bajular o nosso Governador que há de ser Jayme Canet Junior. Nós nunca tivemos, Deputado, duas faces; e a pior coisa são os homens de duas faces. Nós fomos Canet sempre, e não vamos admitir que Vossas Excelências venham nos atacar. Podem falar em Richa. Mas se não fora Canet, Richa não seria Governador.

Então, antes de atacar, antes de falar nos outros governadores, por favor, peguem um lenço, limpem os lábios, e lembrem-se que se não fora Canet, Richa não seria nada. Se não fora Canet, a nossa bancada era majoritária e nós sofredores. E nós homens humildes, sem bajular Richa, humildes, Sr. Presidente, e homens observadores, vimos Richa bajular Figueiredo; vimos Richa a bajular Stroessner; vimos Nelson Friedrich, o homem que falou contra Itaipu,, a bajular e badalar o povo de Itaipu.

Qual seria então o nosso raciocínio? Nós, homens do interior, homens, Sr. Presidente, que não querem outra coisa a não ser o bem-estar de nossa terra e nossa gente. Ver Nelson Friedrich na inauguração de Itaipu é uma redundância! É uma barbaridade, meu povo! Meu povo não pode entender!

Agora, vem o Deputado da Bancada do PMDB, euforicamente querer agradecer o Secretário do Interior. Ele estava humildemente, como um cordeirinho,

lá, a puxar e a badalar.

O Sr. Caíto Quintana — Para um esclarecimento. Deputado, me permite um aparte:

O SR. GABRIEL MANOEL — Não permito, porque Vossa Excelência não me deu.

Vossa Excelência não me deu aparte. Não merece, porque Vossa Excelência é incoerente, porque Vossa Excelência quando fala no único Governador bom, devia lembrar de Canet que deu o voto a Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana — Eu não falei dos governadores, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência não me deu o aparte e eu correspondo, dente por dente e olho por olho!

E continuando, Deputado Presidente, esta Bancada que é a bancada majoritária dos homens que não querem outra coisa a não ser badalar o Governador e fazem isso porque estão fracionados, porque estão liquidados, não têm programa; fazem isso para bajular o Governador José Richa, e nós não temos nada contra ele, só deviam ter dignidade, Sr. Presidente, meu Líder, de pelo menos, lembrar de Canet, que foi o homem que deu a vocês 50 por cento da eleição da Bancada do PMDB. É uma traição! A primeira traição ao povo e nós saberemos repudiar, nós saberemos dizer ao nosso povo que nós estamos aqui, lutando pelo bem-estar de nossa terra e de nossa gente!

Por que não falam em Canet? De medo? De medo de Álvaro Dias? De medo do que? Fazem lembrar as citações de Rui Barbosa: "Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

Medo de Álvaro Dias, Deputado Caíto Quintana? Medo do que? Qual é o medo que Vossa Excelência vai à tribuna e não fala do grande Governador Jayme Canet? Porque Vossa Excelência é covarde!

O Sr. Caíto Quintana — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, eu estou sendo citado nominalmente e atingido sendo chamado de covarde. Tenho pedido aparte e não tenho sido atendido para nós dialogarmos. Eu acho que um monte de inverdades estão sendo ditas porque eu não ataquei governadores anteriores, não falei no nome de Canet, nem Álvaro Dias, unicamente coloquei a questão que os benefícios dados aos servidores públicos pelo Governo Richa.

Não me referi a governos anteriores que devem ter tido muitas obras realizadas, mas não foram essas que o Governador Richa deu. E eu pediria ao nobre Deputado que está na tribuna, pelo respeito que lhe dedico, que não ofenda um companheiro seu que está sensibilizado, ouvindo Vossa Excelência e não lhe atacou em instante algum.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado. Eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente, eu quero congratular-me com o homem que agora está bajulando o Governo, mas bajular o governo é a coisa mais fácil que tem; esqueceram do homem que deu o voto para eles! Esqueceram!

Eu pediria, unicamente, após o meu discurso, que Vossas Excelências botassem a cabeça no lugar.

O Deputado que vos antecedeu falou no Secretário do Interior, que foi "puxar o saco" e ficou humildemente

lá em Itaipu. Se ele era contra Itaipu, por que foi lá? Se o Governador José Richa era contra, por que foi lá? Para, apenas bajular, para apenas bajular, Sr. Presidnete.

O Sr. Mário Pereira — Permite um aparte. Sr. Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não permito porque Vossa Excelência está me atrapalhando

Porque Sr. Presidente, Nelson Friedrich, o Secretário do Interior do Paraná, foi lá bajular! Ficou conosco, na platéia. Ficou conosco a badalar o Presidente.

Onde está a coerência desses homens? Onde está a coerência dessa bancada espúria, dessa bancada que não sabe o quer? E vem, Sr. Presidente, a dizer que o Secretário...

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O Deputado que ocupa a tribuna tenta, a todo momento, atingir a Bancada do PMDB, com palavras que não são próprias do Legislativo, e responde a um discurso que não fiz. E, momento algum falei em Itaipu.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência solicita ao Sr. Deputado que se atenha ao Regimento da Casa no seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado, Sr. Presidente.

Prosseguindo, eu gostaria de saber o nº do Regimento Interno que está ferindo. Nossa argumentação talvez seja um pouco diferente dos homens que têm uma maneira de agir. Eu não quero me prolongar mais.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrado o horário de Vossa Excelência e consulto à Liderança do PDS se fará uso dos 15 minutos restantes.

O SR. NELSON BUFFARA — O Deputado que se encontra na tribuna usará do restante do tempo da liderança.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, vosso assessor que ache o artigo do Regimento Interno que estou ferindo. A verdade é insofismável; quando se fala a verdade, nós estamos aqui numa trincheira. É a única barreira que Vossa Excelência, como homem democrata há de respeitar. Essa é a vontade do povo que nos mandou para cá, para discordarmos do Secretário do Interior, dos Secretários "Garanhões", e de outros Secretários do Porto de Paranaguá, como Vossa Excelência também discordou, Sr. Presidente. É a nossa vez. Já dizia Moysés Lupion: "Até araruta tem sua vez de mingau". É a nossa vez, Sr. Presidente, não estamos ferindo o Regimento Interno, embora o Sr. Secretário não ache algo para nos cassar a palavra.

E é por isso, Sr. Presidente, com respeito devido à nossa Casa, que o respeito devido aos "Louva-Deus" do PMDB, aos homens que dizem "amém", aos homens que não querem outra coisa a não ser bajular os seus governantes; os homens que esquecem do passado, porque não têm futuro; aos homens que, com raras exceções, e talvez eu esteja pecando, aos homens que vão à tribuna falar do Governo José Richa, do Salvador da Pátria, do professor de Deus, e esquecem que se não fora Canet, hoje nós teríamos a maioria da Bancada do nosso Estado, para trabalhar pelo

Paraná, não para filiar à bancada majoritária ou minoritária. Mas Sr. Presidente, veja se acha no seu artigo algo que possa me cassar a palavra. Veja se inventa Presidente, com seu assessor algo que possa cassar a palavra de um Deputado.

Eu agradeço e quero dizer aos dignos membros da Bancada do PMDB, que esquecem de que se não fora Canet talvez 50 por cento desta bancada não estivessem sentados aí. E, hoje, só falam em Richa, o homem que bajulou, o homem Sr. Presidente, que bajulou o Presidente Figueiredo em Itaipu; homem que estava como louva-Deus; homem de duas caras, este homem que é defendido por esta plêiade de Deputados que eu respeito, que gosto, que admiro. Homem, que com seu Secretário do Interior, com seu Secretário Chefe da Casa Militar, a bajularem o Sr. Figueiredo e seus companheiros, estavam lá, Deputado Erondy Silvério, a bajular, num "puxassaquismo" que é peculiar ao Governo Richa, que eu não queria transferir ao Deputado Caio Quintana, que talvez não saiba, que talvez, por inocente útil-tivesse desconhecido. Tivesse ido à Itaipu Deputado Caio Quintana, Vossa Excelência veria o Sr. Governador, o Sr. Secretário do Interior, rastejando ao lado do Presidente da República.

Então, esta é a forma de nós olharmos. Deputado Erondy Silvério tem meu aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Deputado nós estamos acompanhando a Bancada do PDS, o pronunciamento de Vossa Excelência que é de um alto conteúdo político-filosófico.

Vossa Excelência, efetivamente, aborda um tema que serve para posteriormente ser meditado. O que estou lembrando aqui, eu quero fazer uma ressalva com relação à presença do Governador do Estado.

Evidente, que, ele, como primeiro mandatário do Estado, é o anfitrião do Presidente da República, não poderia se fazer ausente. Mas, eu estranho, como Vossa Excelência afirmou aqui, a Casa, eu estranho, todo mundo estranha, é a presença do Secretário do Interior naquela solenidade. Se me permite a Mesa, eu não sei se no Regimento Interno é vedado nós chamarmos de puxa-saco, aqueles que bajulam. Mas se me permite a Mesa, nos estranhamos que o Secretário do Interior tivesse ido lá "puxar o saco" do Presidente da República como Vossa Excelência está afirmando, porque ele foi o mais ferrenho dos adversários da construção de Itaipu, aqui nesta Casa. E como mais dois ou três Deputados do partido e daquela região, chegaram a promover um levante dos agricultores naquela região, contra a construção de Itaipu, que eu não estou defendendo, diga-se de passagem, por isso eu não fui lá. Eu fui contra aquela obra, eu sou contra o alagamento das melhores terras do Planeta, que são as terras do Paraná. Terras agrícolas que são consideradas as melhores terras do Planeta.

Fui contra o alagamento destas terras. Eu sou contra que se transforme o Paraná num lago, sem a devida recompensa, ou em forma de "royalties", em forma de qualquer coisa que possa efetivamente compensar o Estado pela perda de seu inestimável patrimônio. Por eu ser contra é que lá eu não estive.

Quando esta Casa, na Legislatura passada foi convidada para fazer um visita ao canteiro de obras de Itaipu, Vossa Excelência há de lembrar e a Casa também, que lá eu não compareci, porque fui contra. Sempre fui contra não só aquela usina mas como todas

as usinas. Por que o que é que acontece com a construção de usinas? A energia gerada em Itaipu passou longe do Paraná. Não vai beneficiar nem nossas casas, nem nossas indústrias. Elas vão beneficiar, exatamente, o maior parque industrial do País, que é composto só de companhias multinacionais. Então, vejamos os gringos como são sabidos, eles nos emprestam o dinheiro a juros escorchantes, para a Construção dessa obra de Itaipu, e depois o povo brasileiro tem que pagar por um empréstimo que não fez, e que não usufrui. E com o dinheiro proveniente desses empréstimos, que custam o sangue e o suor da gente brasileira, nós vamos pagar, vamos fornecer, vamos construir usina, alargar terras férteis, preciosíssimas, e fornecer o quê? Energia para o Parque Industrial dessas multinacionais.

Vejam a esperteza dos gringos; vejamos os advogados do diabo, que esses gringos têm como aliados no Governo da República; são os homens que projetaram que construam e que obtiveram financiamento no Exterior para a construção dessa usina. Por essas e outras razões é que eu sempre fui contra a construção de Itaipu, e por isso, lá eu não compareci, e estranho, como Vossa Excelência estranha, e eu dou toda a razão a Vossa Excelência, que não procedem, evidentemente, as questões de ordem levantadas anteriormente pela bancada do PMDB, salvo aquela do nobre Deputado Caio Quintana, mas as outras não procedem.

Vossa Excelência está com a razão; quem é contra, não pode comparecer e puxar o saco de quem fez uma obra execrada pela bancada do PMDB, na Legislatura passada como o Sr. Nelson Friedrich a frente; e hoje ele como Secretário, vai lá bater palmas, puxar o saco e se exibir.

Vossa Excelência está com toda a razão; é de uma profundidade filosófica extraordinária, o pensamento de Vossa Excelência como a humildade, mas com a sinceridade de homem do interior, soube interpretar o pensamento do povo paranaense a respeito dessa obra. Meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu agradeço a Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério; me causou espécie, me causou espécie aos companheiros nossos do PDS, ao ver o ilustre Secretário do Interior, fazendo coro, e batendo palmas, para o ditador Stroessner me causou espécie, o nosso Governador do Estado, lado a lado com o ditador; me causou espécie o homem que esteve aqui nesta bancada, a criticar Itaipu, e dentro da humildade do homem do interior, Deputado Erondy Silvério, eu vi amargurado, o homem puxassaquismo, o homem que não devia estar lá, que é Secretário do Interior, o homem que também não devia ter levado a sua cla, que é o Governador do Estado. Quanta crítica, ao vermos criticado nesta Assembléia, e ao fazermos um paralelo, e vendo o Sr. José Richa a bater palmas para o Presidente Figueiredo; vimos o Secretário do Interior bajulado por muitos Deputados; a comer as uvas, que não sabemos se é do Paraguai ou do Paraná.

Onde está a coerência da Bancada do PMDB? Onde está, minha gente a bancada que é coerente, que dizem uma coisa hoje, e seu Secretário vai com o Secretário, Chefe da Casa Militar a puxar o saco do Presidente da República, que não sabe o caminho e o destino de nossa Pátria.

Vossa Excelência, Deputado Augusto Carneiro,

tem o aparte.

O Sr. Augusto Carneiro - Nobre Deputado, Gabriel

Manoel, quero com a vossa permissão, apartear-lo, para dizer que, também, estranho a presença do Secretário do Interior, ex-Deputado nesta Casa, Deputado Nelson Friedrich, porque sabemos nós que participamos da Legislação passada, e acompanhamos nesta Casa de Leis, o quanto o Deputado Nelson Friedrich atacava, recriminava, e protestava contra a implantação da usina de Itaipu, e, também confesso que, em certos pontos, eu concordava com ele, e como foi veemente o seu protesto, durante toda a construção desta usina.

Coerente não foi a sua presença ao ato da inauguração. Não sei do comportamento desse Secretário, lá, mas, possivelmente esteve aplaudindo o Presidente da República, o General Costa Cavalcanti e outros homens que dirigiram aquela Usina; por outro lado, vejo valor no pronunciamento de Vossa Excelência quando denuncia uma luta que haverá, sem dúvida, entre Jayme Canet, Álvaro Dias e, quem sabe, outros; quando Vossa Excelência coloca, denunciando essa luta que acontecerá, nós de antemão deveremos deixar clara, a nossa posição, de que, respeitamos, como ex-Governador deste Estado, o Senhor Jayme Canet, embora reconheçamos, também, de que tenha sido ele, o homem, com o seu prestígio e a sua força colocada a serviço eleitoral do PMDB, que nos tenha colocado aqui em minoria e na oposição nesta Casa, mas nunca deixamos de reconhecer o valor e o trabalho e o excepcional Governo que Jayme Canet realizou, e, sem dúvida nenhuma ele irá, se esta luta houver, no Partido que não é nosso, Jayme Canet irá ter o apoio de uma grande parcela daquele partido, Eu sei que esta luta acontecerá, daquele partido. Eu sei que esta luta acontecerá, e Vossa Excelência em suas palavras denuncia isto, quando coloca, e sabendo nós que, alguns homens estão alinhados numa corrente, e outros nobres Deputados da Bancada Situcionista nesta Casa estão alinhados em outra corrente e, nós, não poderemos nos omitir em dar a nossa opinião e acompanhar, "pari passu", esta luta que se desenvolverá, torcemos, sem dúvida, para que prevaleça o bom senso e prevaleça o trabalho de um ex-Governador nosso!

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta

Presidência lembra o orador que se encontra na tribuna, de que o seu tempo está encerrado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, solicito mais 1 minuto, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta

Presidência lhe concede mais 1 minuto.

O SR. GABRIEL MANOEL - Obrigado, Senhor Presidente.

Encantado!

Nós dizíamos, Deputado Augusto Carneiro:

Nós não somos de uma facção, ou de outra, nós somos, Canet! Jamais deixamos de ser!

Agradecemos o aparte de Vossa Excelência, e ao Presidente da Casa por nos conceder mais 1 minuto, e à valorosa Bancada do PMDB, que, se esquece do homem que trouxe a maioria desse povo, para esta Assembléia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, como não nos foi dado aparte, nós gostaríamos de, em nome da Bancada do PMDB, endossar totalmente as palavras do Deputado Gabriel Manoel, no que se referem ao Governador Canet, eis que nós, também, o temos como um dos maiores líderes deste Estado, e pertence ao nosso Partido.

Como se vê, sobram, no PMDB, grandes lideranças!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa poderá inscrevê-lo, para Explicações Pessoais.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu agradeço ao moço, ao benéfico, ao altruísta, mas, não preciso de favores. Se eu digo, digo de verdade, Senhor Presidente. Não preciso de favores, porque Jayme Canet foi o maior Governador que tivemos no Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 263/84, constante da Ordem do Dia marcada para hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 263/84, (Mensagem n.º 205/84), que altera o Orçamento atual do DER, no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial servirá para dar suporte à despesas com obras de construção e manutenção da malha viária do Estado, pagamento de dívidas e para outras despesas de custeio administrativo. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria

constante da Ordem do Dia.

2ª DISCUSSÃO - Da Proposição n.º 119/84, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 118/84), que dá nova redação ao artigo 59 da Constituição do Estado, na forma que especifica. (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 240/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 192/84) PROPOSTA DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ESTADO, para o triênio 1985 à 1987. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 175/84, que aprova nos termos do Art. 5.º da Lei n.º 7.772, de 13/12/83, as contas das Fundações Empresas Públicas, Autarquias e Órgão de Regime Especial, conforme especifica, oriundos de orçamento próprio, para o Exercício de 1984. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 90/84, que assegura, tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 90/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, custeará integralmente as despesas médico-hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, dos integrantes da Polícia Civil internados em consequência de ferimentos sofridos durante o desempenho de suas funções.

Parágrafo Único - Se o internamento for de urgência em estabelecimento hospitalar não credenciado, o IPE tomará imediatas providências destinadas a regularizá-lo.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

HOMERO OGUIDO
Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 111/84, que dispõe sobre o exercício da Profissão de Sociólogo na Administração Direta e Indireta do Estado, na forma que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 111/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam os órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional e setorial, obrigados a manter em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços sociólogos, legalmente habilitados.

Parágrafo Único - As atribuições dos sociólogos, a serem admitidos nos termos desta Lei, são as previstas na Lei Federal n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 89.531, de 5 de abril de 1984.

Art. 2.º - O Poder Executivo, através de Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, regulamentará a presente Lei.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 114/84, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL", com sede e foro no Município de Palmital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL", com sede e foro naquele Município.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

HOMERO OGUIDO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 118/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA", com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 118/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE DE SANTA RITA DE CÁSSIA", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 119/84, que decalra de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SAMARITANOS E DORCAS", da Igreja de Cristo Jesus, com sede no Município de Ourizona. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 119/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SAMARITANOS E DORCAS" da Igreja de Cristo Jesus, com sede na cidade de Ourizona.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(a) **AMÉLIA HRUSCHKA**

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 131/84, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÁ", com sede e foro no Município de Ibiporã. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 131/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÁ", com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) **AMÉLIA HRUSCHKA**

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 169/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 139/84), que objetiva alterar dispositivos das Leis n.ºs 5.940, de 08/05/69 e 5.944, de 21/05/69, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 171/84, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE KALORÉ", com sede e foro no Município de Kaloré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 186/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE", com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 187/84, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 191/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que decalra de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO - Ensino de 1.º e 2.º Graus", com sede e foro no Município de Palotina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 194/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 153/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, imóvel situado à Praça da República, havido pelo Estado conforme parte da transcrição n.º 899/506, às fls. 147, do livro n.º 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 195/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA - AMOSE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 246/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor "HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 254/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao Artigo 25 da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, conforme especifica. (Taxas de Serviço do Detran). SEM PARECERES. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 98/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que assegura aos aposentados nos Regimes das Leis n.ºs 7.074 e 7.122/79, que tiveram incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6.794, de 08/06/76, os direitos a este benefício, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

(Public. no D.A. n.º 31, de 02/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 98/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Aníbal Khury, pretende assegurar aos aposentados nos regimes das Leis n.ºs 7.074/79 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1976, os direitos a este benefício, nos termos constantes dos respectivos atos de aposentadoria.

A lei diz respeito aos Engenheiros e Procuradores inativos do Estado que pleiteiam seja votado um dispositivo de Lei que defina com clareza os direitos que lhes foram atribuídos pela Lei n.º 6.794/76 e incluídos em suas resoluções de aposentadoria, para por fim as contraditórias interpretações da Lei.

Dos termos da justificativa, ressaltam a conveniência e oportunidade da medida proposta.

Sendo assim, somos favoráveis à tramitação do Projeto, pelos demais órgãos desta Casa, bem como pela sua aprovação.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável. (Leis em anexo).

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 98/84

PARECER:

O Plano de Lei em estudo, de autoria do eminente Deputado Aníbal Khury e subscrito por outros nobres Deputados, tem por objetivo assegurar aos aposentados nos regimes nas Leis n.ºs 7074 e 7122/79, que tiverem em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6794, de 08/06/76, os direitos a este benefício, na forma que especifica.

Analisada a proposição pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não se encontram óbices a sua normal tramitação pela Casa.

O parecer, portanto, é pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente

EZEQUIAS LOSSO
Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Nelson Vasconcellos, na qualidade de Líderes de Plantão do PDS e PMDB respectivamente, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de

Lei n.º 98/84, de autoria do nobre Deputado Aníbal Khury, referente a benefícios aos aposentados. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 98/84 por dez (10) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Mauricio Blanc, ocorrido no dia 28 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Machado de Lima, ocorrido no dia 26 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ciro Andrade Fogaça, ocorrido no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hostílio Lustosa Santos, ocorrido no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Destro, ocorrido no dia 29 de outubro do corrente ano, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30.º aniversário de fundação da COPEL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 24.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia do Funcionário Público. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração da nova Creche Santa Rita de Cássia do Lar do Paraná, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 24.º aniversário da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezl, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a votação dos Projetos de Lei n.ºs 267 (Mensagem Governamental n.º 207/84, autorizando a abertura de crédito especial para o DETRAN) e 269/84 (alterando o orçamento do IAPAR, através da Mensagem Governamental n.º 209/84). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 235/84 (Delegados Inativos). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica ao longo do trecho Bandeirantes até o Distrito de Oliveira Castro no Município de Guaíra, ligando os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de louvor e regozijo aos professores da Região Noroeste do Estado, pela conclusão e inauguração do Clube do Professor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação da prática de Educação Física em todas as séries do 1.º e 2.º Graus, na rede oficial de ensino. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à COHAPAR, no sentido da implantação do Projeto Mutirão no Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo informações sobre a cobrança de exames de saúde e psicotécnico, efetuada pelas Fundações Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. **Em discussão.**

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de criação da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de fundação da Sociedade Rádio Emissora Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a 37.ª Ciretran, no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de um veículo micro-ônibus desta Fundação, existente no Município de Sertãozinho, para o Serviço de Obras Sociais e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Municipal Manoel Medina Martins - Ensino de 1.º Grau no Distrito Administrativo de Rancho Alegre, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo para que haja a dilação do prazo para o pagamento do ICM referente ao próximo mês de dezembro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Vereador Itamar Agostinho Tagliari do Município de Campo Mourão, parabenizando por sua escolha como técnico da Seleção Paranaense de Futebol de Salão, Categoria "Fraldinhas". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 7.º aniversário do Centro de Tradições Gaúchas "Índio Bandeira" no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Comandante en Jefe de la II Division de Ejercito, Francisco Baguetti (Fiscal Militar), Ministro Del Interior, Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo e Arcebispo de Santiago, manifestando o repúdio

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao regime do General Augusto Pinochet, e exigindo que o Conselho de Guerra não aplique pena de morte a Marta S. Soto, Carlos Garcia, Victor M. Zuñiga e outros. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Sociedade Humanistas de São Jerônimo da Serra pelo trabalho desenvolvido. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 251.º aniversário de fundação do Município de Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento da CNBB, publicado dia 26/10/84, no Jornal Folha de São Paulo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de existência da COPEL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Lei n.ºs 132/84, 139/84, 140/84, 143/84, 144/84 e 148/84.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84 e do Projeto de Lei n.º 254/84.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 28/83.

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 214/84, 229/84 e 268/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 153/84.

Levanta-se a sessão.